UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

UM ESTUDO SOBRE OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À LÍNGUA PORTUGUESA POR SURDOS UNIVERSITÁRIOS

Rosana Ribas Machado Janiaki

Florianópolis – SC, 2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO E PROCESSOS INCLUSIVOS

Rosana Ribas Machado Janiaki

Um estudo sobre os significados atribuídos à língua portuguesa por surdos universitários

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do Mestrado em Educação, sob a orientação da Professora Dra. Ronice Muller de Quadros.

Florianópolis
2007

À Comunidade Surda de Ponta Grossa que me possibilitou (des) construir imagens das limitações do outro. Meu olhar inscreveu-se por muito tempo nas palavras faladas para os surdos. E pela transposição das palavras sinalizadas, iniciei um outro percurso com este grupo social; nas interlocuções por onde atravessam as múltiplas identidades. E nestas relações das diferenças, constituímos territórios de proximidades e distanciamentos culturais, no jogo do poder que envolve os sujeitos em suas práticas sociais.

AGRADECIMENTOS

À Deus ... fonte de luz, sabedoria e inspiração na harmonia do meu ser.

Aos familiares... companheiros de todas as horas...nas presenças e ausências, dúvidas e certezas, alegrias e tristezas, ao compartilharem com amor e paciência o percurso deste meu estudo.

Aos amigos... de vocês as palavras, os múltiplos olhares, o incentivo, as críticas, o interesse, em desejar para mim a conquista de mais uma etapa, diante dos desafios, dos revezes, das tramas discursivas que está composta a educação de surdos.

Ao CEPRAF Geny Ribas... todos vocês compõem minha trajetória ... sinto-me feliz em fazer parte das suas vidas, e compreender que as relações entre nós, constituem um outro cada vez melhor, na medida em que lutamos por uma causa maior; a comunidade surda!

Aos surdos universitários... com vocês estou ressignificando minha compreensão sobre o ser surdo, nas relações interculturais que nos aproximam.Obrigada, pelos encontros, as dúvidas, as inquietações e os espaços de diálogos para realizar este trabalho.

À Professora Ronice... minha gratidão pela determinação, apoio, compreensão em que acreditou até o último momento, para que eu fizesse o melhor neste trabalho.

E em especial... minha querida Larissa! Das horas que roubei de sua convivência, hoje as componho na qualidade do amor que sempre nos uniu.

SUMÁRIO

RESUMO.....06
ABSTRACT.....07
Composições da minha trajetória.....09

CAPÍTULO 1 – ESTUDOS CULTURAIS E ESTUDOS SURDOS.....18
1.1 Contextualização dos Estudos Surdos no campo dos Estudos Culturais.....18
1.2 Os significados das linguagens nas práticas sociais no campo dos Estudos Culturais.....35
1.3 As práticas sociais surdas que constituem os Estudos Surdos.....40

CAPÍTULO 2 – DISCURSO E AS RELAÇÕES DE PODER.....51
2.1 Reflexões sobre representação.....51
2.2 As traduções sobre discurso e as relações de poder.....53

CAPÍTULO 3 - LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS: ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS.....58
3.1 Introduzindo a análise.....58
3.2 Análise das narrativas: atribuição de sentidos para a língua portuguesa.....62
3.2.1 Letramento.....69
3.2.2 Autoria: travessia de identidades.....81

REFLEXÕES FINAIS.....88
REFERÊNCIAS.....95

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo conhecer os significados atribuídos pelos surdos universitários à língua portuguesa.O estudo envolveu três pessoas surdas,uma da graduação,uma do mestrado e uma do doutorado e as suas narrativas sobre a língua portuguesa.Inspirada nos estudos pós-estruturalistas,que fundamentam as discussões dos Estudos Culturais e os Estudos Surdos,procurei compreender as posições do sujeito surdos em relação a segunda língua,a partir dos elementos priorizados na pesquisa: as atribuições de sentido do português em suas vidas, nas relações de poder em que está posta a educação de surdos.Os enunciados possibilitam dizer que os surdos tem ocupado espaço social de reconhecimento dos seus direitos pelo uso da língua de sinais e que o português assume significados de autoria, nas linguagens culturais estabelecidas entre leitor e autor.Os resultados mostram que a obra,o texto, a escritura,leva-nos a compreendê-los como sujeitos das diferenças e não das deficiências.

Palavras-chave: educação de surdos – língua portuguesa – atribuição de sentidos – relações de poder – autoria.

ABSTRACT

This work aims to know the meanings given by the university deaf to the Portuguese language.The study involved three deaf people, one of graduation, one of the masters and a doctorate and their narratives on the Portuguese language. Inspired in studies post-estruturalist, underlying the discussions of Cultural Studies and Deaf Studies, I tried to understand the positions of the deaf subject regarding second language from the elements prioritized in research: the tasks of the Portuguese meaning in their lives, in power relations in which it is put the education of deaf persons.The stated that enable the deaf has been busy social space for recognition of their rights by using the language of signals and that the Portuguese took meanings of authors, languages and cultural between reader author.The results show that the work, the text, writing, leads us to understand them as subjects of differences and not the deficiency.

Keywords: education of the deaf - Portuguese - allocation of senses - the power relations - authors

"Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez, muito mais ignorantes do que um homem instruído teria sido em 1886 ou 1786. Ignorantes e indiferentes (...). Eu nada sabia a respeito da situação dos surdos, nem imaginava que ela pudesse lançar luz sobre tantos domínios, sobretudo o domínio da língua. Fiquei pasmo com o que aprendi sobre a história das pessoas surdas e os extraordinários desafios (lingüísticos) que elas enfrentam, e pasmo também ao tomar conhecimento de uma língua completamente visual, a língua de sinais, diferente em modo de minha própria língua, a falada. (...)".

(Oliver Sackes)

Composições da minha trajetória de pesquisa

O convite para ser outro. O dar a ver, o dar a pensar e o dar a sentir o que é e o que não somos; ou como inventamos o outro; ou como nos inventamos a nós mesmos. (Carlos Skliar)

Pensar no caminho que me trouxe até esta pesquisa, é tecer alguns rastros que compõe a minha história profissional na educação de surdos. Rastros construídos em tempos da deficiência e recentemente inspirada em tempos das diferenças. No primeiro, a constituição do sujeito surdo, significada pela verdade única, centralizada no individual, no padrão de normalidade e igualdade. No segundo, diferentes olhares constituem as relações com o outro. O outro de nós e o outro do outro(s). Olhares compreendidos nas múltiplas posições de sujeito, produzido nas práticas sociais, gerando diferentes representações sobre os surdos e a surdez.

Muitos, a inscreve no discurso da Educação Especial, focalizando-a na perspectiva clínica. Outros a localizam em narrativas sobre a filosofia do Bilingüismo, como uma fórmula "salvatória" para os surdos, porém ainda homogeinizando-os em modelos da sociedade ouvinte. Alguns têm produzidas suas representações na perspectiva dos Estudos Surdos, compreendendo-o como campo da surdez, cujas práticas sociais são constituídas nas relações das diferenças, permeadas por tensões entre surdos e ouvintes. É nestas tramas discursivas, entre a concepção clínica e a concepção cultural, que convido você leitor a fazer-se presente nesta trajetória.

Iniciei meus estudos referentes à surdez em 1989, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), complementando outra graduação em Pedagogia, Habilitação Deficiência Auditiva. Através dos estágios deste curso, conheci o Instituto de Audição e Terapia da Linguagem (IATEL). Esta Instituição, na época, atendia as pessoas com deficiência auditiva[1], visando unicamente o desenvolvimento da fala; uma concepção clínica-terapêutica da surdez. Nesta concepção, a surdez era vista como

[1] O termo deficiente auditivo situa claramente o enfoque clínico-terapêutico a que a instituição se propunha. Não eram alunos surdos de uma escola, mas deficientes que eram "atendidos" com o objetivo de recuperar ou curar a falha, a impossibilidade, a incapacidade de ouvir e falar.

uma diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, produzindo nos sujeitos surdos uma série de problemas no seu desenvolvimento global, necessitando de técnicas terapêuticas para sua correção. Realizava-se na Instituição um modelo educacional impositivo que visava a cura e a reabilitação do surdo, supondo que o desenvolvimento da fala, o processo de aquisição de leitura e escrita, se daria de forma natural, possibilitando a convivência normal em sociedade.

Oponho-me a esta concepção a qual considera o outro, uma patologia a ser tratada, com enfoque no déficit, limitação e reabilitação do surdo, compreendo-a em um olhar sócio-antropológico, que reconhece a surdez como diferença, e a pessoa surda no uso da língua de sinais, não identificada como deficiente, incapaz, mas o ser surdo nas suas múltiplas possibilidades. Identifico a Língua Brasileira de Sinais, como a primeira língua dos surdos brasileiros e a língua portuguesa como a sua segunda língua. Ambas reconhecidas com seus *status* lingüísticos e culturais.

Com o desenvolvimento do estágio no IATEL e minha interação maior com os alunos, fui convidada para trabalhar na Instituição. Minha função era centralizar todas ações em técnicas de reabilitação oral. Permaneci como reabilitadora, até o ano de 1991, uma vez que concluí neste mesmo ano todas as disciplinas do curso de graduação e retornei ao meu Estado de origem. Paralelo a esse curso na UFSC, nas férias, fiz uma Especialização em Distúrbios da Áudio - Comunicação. Motivada com os estudos na área da surdez e as vivências com as pessoas surdas, fui definindo minha afinidade profissional com esta comunidade.

No final do ano de 1992, já com a formação na área da surdez, assumi a coordenação pedagógica do Centro Pontagrossense de Reabilitação Auditiva e da Fala. Com este trabalho, um olhar mais aprofundado sobre a educação de surdos se fez necessário. A filosofia educacional desenvolvida no Centro era do Oralismo[2]. Utilizavam-se todas as técnicas de reabilitação oral, para que os surdos produzissem a fala igual aos dos ouvintes. Palavras isoladas e frases em português eram repetidas várias vezes, para serem pronunciadas corretamente. Não se utilizavam sinais na sala de aula. Curiosamente, nos corredores e no pátio, observava os alunos usando sinais

[2] Oralismo ou filosofia oralista, visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes dando-lhe condições de desenvolver a língua oral. Deve ser a única forma de comunicação dos surdos. (GOLDFELD, 1997).

na sua comunicação. Porém, freqüentemente verificava-se um olhar punitivo por parte dos adultos diante desta língua.

Diante dessa prática social, muitas inquietudes, insatisfações e desafios surgiram.

Verifiquei que a maioria dos alunos não conseguia desenvolver a fala igual a dos ouvintes. As produções escritas dos surdos não correspondiam à esperada pelos professores ouvintes. Havia uma forte resistência dos alunos em falar; bem como dos professores em permitir que se usassem sinais.

Manifestações dos comportamentos dos alunos eram estigmatizadas pelos profissionais. Os alunos eram considerados "agressivos", "nervosos", "rebeldes", "mal educados", "com distúrbios emocionais", "preguiçosos". O relato dos professores, em sua maioria, era sempre o mesmo: "não conseguem aprender" [3]. Com esse conflito de idéias, frustrações pedagógicas, o caminho educacional precisava ser reorganizado.

A mudança relevante neste processo acontecera a partir de minha participação, juntamente com duas professoras do Centro, no Seminário sobre Surdez e Cidadania, no final do ano de 1993. Nesse evento, tivemos nosso primeiro contato com um professor surdo, o qual palestrou sobre a importância da Língua de Sinais na vida dos surdos. A língua brasileira de sinais é um direito dos surdos, como a liberdade de ser e agir, a possibilidade de manifestar suas mais profundas idéias do mundo em que vive, da sua identidade e os níveis mais complexos do pensamento. Enfim, Tibiriça nos fez perceber que o uso dessa língua como processo de expressão e produção de significados em todas as suas dimensões: lingüística, cultural, social e política é uma possibilidade. A partir dessa palestra, retornei do Seminário com o interesse em saber mais sobre a Língua de Sinais.

Como Pedagoga, sabia das várias barreiras que enfrentaria para estudarmos esta língua. O novo, o desconhecido, traria a desestabilização dos profissionais e familiares, inseguranças e resistências, na tentativa de romper com o modelo clínico-terapêutico da surdez, ou seja, uma visão pautada na perda da audição e na sua recuperação e cura. A cultura escolar vivenciada, concebia a surdez como deficiência.

[3] Novamente nesta perspectiva situa-se o aluno como o deficiente e não conseguir aprender faz parte do seu processo e nem se cogita pensar que o problema pode ser de outra ordem.

O surdo era visto como uma pessoa a ser normalizada, reabilitada, corrigida, com muitos problemas no seu processo de ensino e aprendizagem. Os textos escritos nunca correspondiam ao padrão estabelecido pela língua portuguesa e eram considerados incompletos, inadequados, sem sentido, faltando vários elementos da gramática do português, apresentando poucos conteúdos. Por essas características, algumas vezes associavam-se hipóteses de diagnóstico de deficiência mental para estes alunos. E que nos dias de hoje, observa-se práticas de encaminhamentos de surdos a médicos neurologistas, para resolver os "problemas educacionais" dos surdos. Será que esses "problemas" não são de outra ordem? Essas práticas suscitam diferentes instigações que deveriam ser aprofundadas em campos de pesquisas, que neste momento, não é o foco de análise da minha pesquisa, mas que signifique um alerta sobre as representações que são produzidas sobre a surdez.

Diante desse contexto e na busca em melhorar o processo educacional dos surdos, começamos em 1994, grupos de estudos sobre a língua de sinais com profissionais, pais e surdos, bem como com a participação em seminários, congressos e cursos relacionados à surdez em diversos lugares do país.

Nos anos subseqüentes, a partir das fundamentações teóricas adquiridas, entre relações de resistências e algumas críticas depreciativas, por alguns profissionais e chefes de sistemas educacionais, os quais eram infundados cientificamente neste campo de conhecimento, começou-se a implantar a filosofia educacional do bilingüismo no Centro Pontagrossense de Reabilitação Auditiva e da Fala, ou seja, o uso das duas línguas pelos surdos. A língua de sinais como a língua 1 e a língua portuguesa como a língua 2. Com os avanços nos estudos, somado àqueles que buscaram um novo olhar sobre a educação de surdos, criou-se em 2001 a Escola Municipal para Surdos de Ponta Grossa, regulamentando a escolarização desse alunado.

Neste mesmo ano de 2001, no período noturno, assumi na Escola uma turma de Jovens e Adultos Surdos, e ao desenvolver uma relação de ensino aprendizagem bem mais próxima, observei que as produções escritas dos alunos adultos, apresentavam características lingüísticas similares às dos alunos menores. Incomodava-me o fato de que os alunos na comunicação em língua de sinais, demonstravam fluência nos diálogos, variedade de interpretações e questionamentos, rapidez na organização do

pensamento, com formulações de conceitos abstratos, mas na produção escrita, estes elementos não aconteciam. Por mais interessados que se mostravam em escrever, os alunos manifestavam um bloqueio no processo de ensino e aprendizagem referente à produção escrita. Várias indagações me ocorriam. Como seria a trajetória para aprender uma segunda língua? Qual a importância em dominar a língua de sinais para aprender a língua portuguesa? Por que alguns alunos demonstravam resistências para aprender o português? Qual o significado do português para os surdos?

Frente a estes questionamentos e na tentativa de encontrar algumas respostas científicas referentes à situação lingüística dos surdos, chego ao mestrado, tomando como objeto de pesquisa o estudo das representações que os surdos universitários atribuem à língua portuguesa, para analisar o papel desta língua em suas práticas de significação e os sistemas simbólicos[4] que dão sentido a sua experiência.

Eu tenho como pressuposto que uma das atribuições de sentido do português para os surdos estaria relacionada às questões de autonomia e de independência nas relações com o outro, cujas trajetórias educacionais foram compostas por práticas de opressão e imposição lingüística. A prática desta filosofia educacional denominada de Oralismo, onde por muitos anos os surdos foram submetidos ao desenvolvimento da comunicação oral como única forma de comunicação e proibidos do uso da língua de sinais, deixou rastros significativos na constituição do sujeito surdo. Nos relatos dos surdos e em minha prática profissional nesta área foram geradas representações do fracasso educacional para este grupo social, marcados por uma história de frustrações, traços de negação, rastros de resistências em relação ao aprender o português. Outro pressuposto poderia ser o processo de identificação, em que o português escrito possibilitaria o acesso a informações e comunicação com seus pares. Neste contexto, o sentido de aprender o português escrito pelos surdos, estaria assumindo uma função de aquisição lingüística, bem como apenas como um código para se relacionar com o outro?

A partir destas pressuposições e acompanhando as discussões sobre a história das culturas surdas, identifico que este tempo de proibição do uso dos sinais pelos ouvintes, não foi neutro. As representações produzidas nesse processo de

[4] Meio através dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito.

relações de poder, entre os sujeitos que usam as línguas de sinais no seu processo de comunicação e os que fazem uso da língua oral, vêm desconstruindo paradigmas lingüísticos e culturais e também mobilizando a comunidade surda politizada e culturalmente reconhecida, a inscreverem-se em múltiplas posições de sujeito[5]. Também, o meio intelectual vem ampliando os estudos surdos sobre a perspectiva do bilingüismo[6], ressignificando a constituição das identidades culturais surdas, propondo a aquisição do português como segunda língua.

A partir destas considerações, a composição desta pesquisa está circunscrita com a ruptura das representações de reabilitação oral, leitura labial, desenvolvimento da fala para os surdos. As discussões transitam sobre os espaços sociais e culturais da língua portuguesa aos sujeitos surdos, iniciando estudos em tempos das diferenças, compreendidas na construção histórica, social, lingüística e política destes sujeitos. Interessa compreender a partir das narrativas surdas, os significados que estes sujeitos estão atribuindo ao português escrito, como também, aproximar-se das trilhas que esta língua vem constituindo em suas identidades culturais.

Consciente desta situação educacional dos surdos, o posicionamento teórico do qual parto nesta pesquisa, tem como inspiração a perspectiva pós-estruturalista nos estudos de, FOUCAULT (1997, 1999, 2004), SILVA (2000 - 2002), CORCINI (2003) os quais discutem questões das identidades, das diferenças dos discursos nas relações entre sujeitos. Compreendo a necessidade de identificar a língua portuguesa para surdos, como processo de aquisição similar ao de aprender uma segunda língua (Cummins, 2003). Reconheço na língua de sinais a sua dimensão lingüística, social, cultural e política, conforme estudos de SKLIAR (2004), QUADROS (2004), PERLIN (2000), MIRANDA (2001), LADD (2001,2002). Localizo a concepção de Surdez nos Estudos Surdos[7], cujos estudos estão inscritos no campo teórico dos Estudos Culturais,

---

[5] As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos (Foucault, 2004, p.58). Essas posições expressam a idéia de que não existe um sujeito único, originário, transcendental, pré-discursivo.

[6] Perspectiva educacional, que para os surdos brasileiros, propõe o uso de duas línguas: a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como L_1 e a Língua Portuguesa, como L_2, mas que para além das línguas, muda a lógica das relações, pois traz os surdos para a participação efetiva nas tomadas de decisões em relação à educação dos próprios surdos. Nesse sentido, bilingüismo não é simplesmente uma questão lingüística, mas política e social (ver Quadros, 2005).

[7] Os Estudos Surdos em Educação podem ser definidos como um território de investigação educativa e proposições políticas que, que por meio de um conjunto de concepções lingüísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação ao conhecimento sobre a surdez e os

fundamentada nas pesquisas de HALL (2003), SILVA (2000, 2002), MATTELART (2004),que enfatizam discussões das culturas, das práticas discursivas, das diferenças e das lutas por poderes e saberes. Nesta situação lingüística e cultural dos surdos, o recorte em que componho este estudo, é analisar os significados que os surdos universitários atribuem à língua portuguesa, procurando identificar, os seguintes aspectos: o papel do português em sua vida; as relações de inserção nos espaços sociais pela fluência do português; as relações de saber/poder nas práticas de significação com o uso do português e da Língua Brasileira de Sinais. Dimensionar o papel da leitura na aprendizagem do português pelos surdos, como elemento significativo para este aprendizado.

Sabe-se que a história das relações da língua portuguesa para os surdos foi sempre pensada a partir da perspectiva do ouvinte. Considerada majoritária e fundamental para sua inclusão social e formação educacional o que se propôs aqui é a discussão dos significados e das representações que as línguas desempenham nas práticas sociais dos sujeitos, refletidas dentro de uma perspectiva surda. Com os resultados deste estudo pretendo: a) contribuir com a equipe de profissionais que atuam com surdos para refletir sobre o trabalho pedagógico realizado com enfoque no ensino de línguas; b) despertar o interesse para novos estudos sobre currículo específico para o ensino da língua portuguesa para surdos; c) desmistificar o fracasso escolar atribuídos aos surdos, decorrentes das representações dos ouvintes de que os alunos surdos possuem muitos "problemas na aprendizagem"; denominando-os "deficientes".

Para se chegar à compreensão de alguns significados da língua portuguesa para surdos, esta pesquisa desenvolveu-se em uma abordagem metodológica qualitativa, localizada no tempo histórico do pós-modernismo[8].

Os estudos realizados por Bogdan e Biklen (1994, p.45 e 46) enfatizam que:

---

surdos. Nesses estudos, temos descrito a surdez nos seguintes termos (SKLIAR, 1998): uma experiência visual, uma identidade múltipla e multifacetada, que se constitui em uma diferença politicamente reconhecida e localizada, na maioria das vezes, dentro do discurso da deficiência (SKLIAR, 2000, p.11).

[8] Representa uma posição intelectual que reivindica o fato de vivermos num período "pós"- moderno, um tempo histórico real que difere do modernismo, ou seja, rompe com a idéia do "eu" estável, consistente e coerente, produzidas pelas virtudes do racionalismo e da ciência. (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.45).

> Os pós-modernistas defendem só ser possível conhecer algo tendo como referência uma determinada perspectiva. Tal posição desafia a possibilidade de alcançar a verdade através do adequado, ou seja, científico uso da razão. Não é possível raciocinar ou conceptualizar para além da localização do eu num contexto histórico-social específico; desta forma, esta perspectiva enfatiza a interpretação e a escrita como características centrais da investigação. Por exemplo, Clifford e Marcus (1989) chamaram à sua colectânia sobre a poética e política da etnografia *Writing Culture*. Uma das principais influências do pós-modernismo nas metodologias qualitativas foi à modificação no entendimento da natureza da interpretação e no papel do investigador qualitativo como um intérprete. Ao invés de entenderem o material escrito – textos, manuscritos, artigos e livros – pelo seu valor facial, os investigadores qualitativos pós-modernos tomaram-no como objecto de estudo.
> Os pós-modernos tornam problemático o entendimento de determinado trabalho como "científico", reflectindo sobre quais as convenções e atitudes que fazem determinada forma de entender um trabalho, o discurso da ciência, científico.

Dessa maneira, a base conceitual pelo qual se inscreve este trabalho, refere-se às concepções de discurso, representações, identidade/diferença e língua, procurando apreender as práticas de significação no complexo processo de constituição desses sujeitos. O objetivo é perceber "aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem" (PSATHAS, 1973), nessa trajetória das relações com a segunda língua.

Os informantes foram três surdos universitários, os quais freqüentam cursos de graduação, mestrado e doutorado. A escolha se deu, motivada por serem surdos que se mobilizam em diferentes espaços sociais e culturais.

São participantes assíduos de internet, comunicando-se com surdos e ouvintes. Organizam eventos, participam de congressos, seminários e cursos referentes aos seus interesses. São surdos politizados, envolvidos com os movimentos sociais das comunidades surdas e culturalmente reconhecidos pelos meios intelectuais. Manifestam seus posicionamentos críticos, buscando exercitar seus direitos sociais. Diante de todos os desafios que enfrentaram e ainda enfrentam, não desistem de sua formação educacional. São usuários da língua de sinais brasileira e do português escrito. Nosso processo de comunicação se deu através da organização de um *Chat* e por e-mail, para verificar as atribuições de sentidos que este grupo social vem

constituindo, em relação à língua portuguesa. A princípio pensamos em encontros semanais, o que se tornou inviável devido aos compromissos dos informantes; organizamos quinzenais e alguns momentos mensal. E a pesquisadora entrou em contato por e-mail para ampliar as comunicações entre os informantes. A interação da pesquisadora com os informantes vem acontecendo a partir de grupos de estudos surdos, participação em seminários, cursos e congressos, permitindo estabelecer estratégias e procedimentos de diálogo com os sujeitos, bem como estabelecimento de vínculo com os mesmos, para que haja uma fluência no processo de condução da investigação.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre Estudos Culturais e Estudos Surdos, discutindo o papel das línguas na constituição dos sujeitos surdos e ouvintes; o segundo capítulo apresenta considerações iniciais sobre as representações, identidade, diferença, discurso e relações de poder, procurando identificar as "posições do sujeito" nas práticas de significação; o terceiro capítulo mostra a análise e discussão dos dados, enfocando a atribuição de sentidos da língua portuguesa para surdos. Concluo o trabalho com uma síntese das análises e com algumas reflexões sobre os significados do português para os surdos.

CAPÍTULO 1

Estudos Culturais e Estudos Surdos

1.2 Contextualização dos Estudos Surdos no campo dos Estudos Culturais

A entrada no século XXI inscreve-se em múltiplos olhares do mundo social em que se vive. Um tempo onde múltiplas identidades culturais e sociais se traduzem desconstruindo o pensamento da razão unitária, linear, fixa, nas práticas de significação. Nestas práticas de significação novas categorias assumem lugar em diferentes espaços: identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber – poder, representação cultural, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo, compreendidas pelo meio intelectual como o tempo das teorizações pós-modernistas e pós-estruturalistas, tais como representações sobretudo pelos Estudos Culturais.

Os Estudos Culturais não tem uma origem simples, abarcam discursos múltiplos, com uma grande diferença de trajetórias. As discussões dos Estudos Culturais referem ao campo de teorização e investigação que tem origem na fundação do *Centre Contemporany Cultural Studies* (CCCS), na Universidade de Birmingham, Inglaterra, em 1964. Em primeiro lugar, a perspectiva dos Estudos Culturais insiste que todas as relações sociais são produzidas por relações de poder que devem ser entendidas mediante a análise das interpretações que os sujeitos fazem das suas próprias situações. Em segundo lugar, defendem que toda a investigação se baseia numa perspectiva teórica de comportamento humano e social.

As obras consideradas pioneiras nesses estudos contemporâneos foram produzidas por autores oriundos de famílias da classe operária que paulatinamente pelo processo de democratização, tiveram acesso às instituições de elite da educação universitária. Os trabalhos que inauguram os Estudos Culturais britânicos são dois livros publicados no final da década de 1950 – The uses of literacy, de Richard Hoggart, que apareceu em 1517, e Culture and society de Raymond Williams, de 1958. As

textualidades desses trabalhos expressavam as tensões dos estudantes da origem popular sobre o debate ambivalente da identidade cultural.

As análises de SILVA (2000) mostram que a orientação inicial deste Centre desenvolveu-se, como reação às tendências elitistas de concepção de cultura, características da tradição de crítica literária tal como representada pelo crítico F. R. Leavis. Em contraposição a concepção leavisiana da cultura como sendo constituída pelas obras artísticas e literárias consideradas de excelência, o Centre adotou uma concepção antropológica fundamentada na definição de cultura como a totalidade da experiência vivida dos grupos sociais.

As centralidades das discussões transitam sobre o conceito de cultura. Cultura compreendida não somente com a ênfase no domínio das "idéias", mas o significado de cultura que se refere às práticas sociais, ao campo de luta entre os diferentes grupos sociais em torno da significação. É nesse contexto que a "teoria da cultura" é definida como "o estudo das relações entre elementos em um modo de vida global" (HALL, 2003,p.207) e o autor ainda acrescenta:

> A cultura não é uma prática; nem apenas a soma descritiva dos costumes e "culturas populares (folkways)" das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de antropologia. Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. Desse modo, a questão do que e como ela é estudada se resolve por si mesma. A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas – "dentro de identidades e correspondências inesperadas", assim como em "descontinuidades de tipos inesperados" – dentro ou subjacente a todas as demais práticas sociais. A análise da cultura é, portanto, "a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos". Começa com "a descoberta de padrões característicos". Iremos descobri-los não na arte, produção, comércio, política, criação de filhos, tratados como atividades isoladas, mas através do "estudo da organização geral em um caso particular". Analiticamente, é necessário estudar "as relações entre esses padrões". O propósito da análise é entender como as inter-relações de todas essas práticas e padrões são vividos e experimentados como um todo, em um dado período: essa é sua "estrutura de experiência" (structure of feeling).

Desse modo, na primeira década de sua existência, o Centre era formado por distintas orientações teóricas, inclusive as marxistas, principalmente representado por autores como Altusser e Gramsci, afastando-se do marxismo ortodoxo.

O objetivo era compreender o significado das práticas culturais populares, entendidas como um receptor, mas também como um produtor da cultura. Mas os Estudos Culturais e o marxismo em nenhum momento se encaixaram perfeitamente em relação às teorias; havendo sempre um movimento de tensão.

Como os Estudos Culturais, estão em constante construção, posteriormente as relações teóricas, o Centre passou a ser constituído pelo pós-estruturalismo através das contribuições teóricas de Michael Foucault e Jacques Derrida, situando as relações de saber – poder nas práticas discursivas, bem como as relações entre significado e significante, em permanentes conflitos.

A dinâmica dos Estudos Culturais não se reduz a idéia de um caráter normativo, homogêneo, determinante da cultura, a uma simplificação conceitual, ou a uma grande narrativa ou um meta-discurso de qualquer espécie. É um projeto sério que se compõe no aspecto "político" dos Estudos Culturais, deslocando-se nas múltiplas formas de compreender o mundo social, de torná-lo compreensível, da atribuição de sentido nos diversos campos e aspectos da vida ao qual o sujeito está envolvido. O sentido e o significado não são produzidos de forma isolada, tão poucos existem como idéia pura, original. Organizam-se nas relações produzidas pelas linguagens, como rede de significantes. Estão sempre em movimento, em constantes transformações e deslocamentos, profundamente preocupados com a relação entre cultura, conhecimento e poder (GIROUX, 1995).

Desta forma, os rastros significativos no progresso teórico dos Estudos Culturais, constituem-se no circuito de práticas sociais em que grupos considerados "minorias", "indignos", "subalternos", inscrevem-se, deslocam-se, integram-se aos grupos de pesquisa do circuito de cultura, cujo campo teórico procura investigar as práticas de resistências deste grupo, até então considerados, subculturas. Por estes posicionamentos do meio intelectual, em transpor as idéias da cultura clássica assumindo outras representações sobre cultura; a proposta original dos Estudos Culturais é considerada por alguns, como mais política do que analítica (ESCOSTEGUY, 2004).

A partir dessas análises, os Estudos Culturais representam um passo, um descompasso. Uma transgressão nas relações sociais produzidas pelas práticas

culturais, como uma das formas de participar das lutas políticas por uma sociedade menos preconceituosa e excludente, diante das práticas discursivas de poder, em que são moldadas, reguladas, geradas, as ações do sujeito.

Nesse sentido, um dos grupos que se inscrevem como uma das ramificações dos Estudos Culturais é o dos Estudos Surdos em Educação, o qual em suas discussões vem constituindo a concepção de surdez enquanto diferença. Segundo SKLIAR (1998; 2000), a proposição dos estudos surdos se situa da seguinte forma:

> Os estudos Surdos em Educação podem ser definidos como um território de investigação educativa e de proposições políticas que, por meio de um conjunto de concepções lingüísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação ao conhecimento sobre a surdez e os surdos. Nesses estudos, temos descrito a surdez nos seguintes termos (SKLIAR, 1998): uma experiência visual, uma identidade múltipla e multifacetada, que se constitui em uma diferença politicamente reconhecida e localizada, na maioria das vezes, dentro do discurso da deficiência. (SKLIAR, 2000, p.11)

A ruptura fundamental que os estudos surdos se lança está na compreensão dos discursos e narrativas atribuídas a surdez como diferença, esse novo olhar procura desconstruir as representações da surdez como deficiência.

Ladd (2001) em um de seus artigos menciona que ao se referir a palavra surdo, três imagens vêm a mente: primeira, e mais comum é relativa a saúde/deficiência, significadas pela inabilidade de ouvir, pela perda de audição, ou a tentativa de encontrar uma “cura” para essa “perda”. A segunda, é referente a educação, espaço no qual várias pessoas e alguns campos profissionais situam os surdos. A terceira, diz respeito à comunidade surda ou a língua de sinais, em que se demonstra a consciência acerca da existência de um grupo de pessoas com sua própria língua, cultura e história.

Nessa rede de representações, durante um século, os discursos dominantes dos ouvintes sobre os surdos, em desenvolver a fala neste sujeito para integrar-se na sociedade, foram significados pela imagem clínica – terapêutica da surdez.

A concepção clínico-terapêutica da surdez tem suas bases conceituais no pensamento positivista de Comte, o qual exerceu diversas influências nas concepções modernas sobre a patologia, a partir dos estudos obtidos pela medicina sobre a relação saúde – doença, de onde surgem várias teorias.

Comte, por exemplo, estabeleceu a base positivista conceitual para as análises sobre a normalidade e a patologia, na medida em que entendia que a doença e a saúde são regidas por leis semelhantes. Para Comte, apud Canguilhem (1582:31):

> ... o estado patológico em absoluto não difere radicalmente do estado fisiológico, em relação ao qual ele só poderia constituir, sobre um aspecto qualquer, simples prolongamento, mais ou menos extenso dos limites de variações, quer superiores, quer inferiores, peculiares a cada fenômeno do organismo normal, sem jamais poder produzir fenômenos realmente novos que não tivessem de modo nenhum, até certo ponto, seus análogos puramente fisiológicos".

Nesta lógica positivista, há uma redução do individuo surdo, apenas a uma "orelha falante", ouvintizando-o em crenças e mitos sociais, familiares e profissionais, de que a fala seria a única forma de comunicação verbal, pois seria a "normal". Neste contexto a surdez era vista como deficiência orgânica e, para aquisição "normal" da linguagem oral e o "bem" da pessoa surda, dever-se-ia proibir a língua de sinais, pois esta prejudicaria todo o seu desenvolvimento.

As marcas dos positivistas permanecem até hoje e o grande problema de suas construções teóricas foi apresentar um conceito sobre determinado fenômeno humano, fazendo surgir estigmas, rótulos, preconceitos e representações que deixaram conseqüências frustrantes aos indivíduos surdos ou não.

Ao enunciar as características decorrentes desta prática social, verifica-se que seus princípios são subjacentes a razão clássica, que concebe o sujeito como uniforme, definindo conceitos e verdades eternas, cujas representações tendem a submeter às diferenças dos seres humanos a uma identidade homogênea.

Não é nada fácil romper uma ordem "pré-concebida", desconstruir uma razão constituída de um modelo específico, "verdadeiro", prefigurado, de uma imagem dogmática, uniforme, a qual desconsidera qualquer outra representação que não se enquadrava no modelo padrão. Mas, o "ruído teórico" (SILVA, 2001) da trajetória dos estudos surdos, está em transgredir os percursos, do colonialismo dos ouvintes sobre os surdos, produzidas pelas "maiorias" sociais, em relação às "minorias" sociais.

Neste sentido, os surdos politizados querem romper com essa imposição do ouvinte e aprender na língua de sinais, transpondo as idéias normativas impostas pelo

direito lingüístico. Os surdos estão se afirmando enquanto grupo social com base nas relações de diferença, pois são eles que sabem sobre a língua de sinais, são eles que sabem ensinar os surdos, são eles que são visuais – espaciais. (QUADROS, 2004).

Sabe-se que a presença recente da língua de sinais na educação de surdos aponta aos profissionais, uma série de questionamentos, inquietudes e desafios frente ao contexto educacional. Muitas indagações e polêmicas despertaram entre os profissionais, pois se introduziu um novo olhar sobre a pedagogia, não somente a oral-auditiva, mas a pedagogia viso-espacial.

Sobre esta perspectiva de visualizar a pedagogia, surgem algumas reflexões referentes às dificuldades e o desconhecimento dos profissionais ouvintes, em lidar com as intervenções pedagógicas adequadas as necessidades dos surdos, quais sejam: o aprendizado da língua 2 por esse alunado; a leitura e escrita, o processo de avaliação, de ensino e aprendizagem e principalmente conhecer a estrutura e funcionamento da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e a sua prática.

De outra forma, para os surdos, essa necessidade de que a sociedade reconheça o valor da língua de sinais na vida desta comunidade, representa a liberdade de expressarem-se e sentirem-se valorizados, no uso da sua língua, a língua de sinais.

As línguas de sinais são línguas que utilizam o canal viso-manual, criadas por comunidades surdas através de gerações. Estas línguas, sendo diferentes em cada comunidade, têm estruturas gramaticais próprias, independentes das línguas orais dos países em que são utilizadas.

A denominação que recebem as línguas de sinais, é que estas são de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual), pois a informação lingüística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos.

Neste sentido, falar sobre língua de sinais ultrapassa a concepção lingüística. É preciso compreendê-la na sua dimensão social, cultural, política, em um movimento de travessias. Travessias porque apresenta diferentes posições de subjetividades, dos sujeitos que dela fazem uso. A língua de sinais por ser própria de uma minoria social, estabelece um importante paradigma: a luta da comunidade surda em comunicarem-se na sua língua natural, a Língua Brasileira de Sinais.

Este posicionamento dos surdos inverte a lógica impositiva da maioria lingüística ouvinte ao desqualificar a língua de sinais como inferior e desnecessária a esta comunidade.

Observa-se claramente neste processo a relação de poderes entre maiorias e minorias sociais, em que os indivíduos estão imersos. Estas relações de contradições não são neutras e opacas. Advém das práticas sociais que tornam os indivíduos humanizados ou desumanizados, participativos ou não das diferentes práticas sociais.

Nesta luta de contrários, de rupturas, de fragmentações, verifica-se a relação de poderes entre os grupos sociais ouvintes e surdos. Os ouvintes constituem-se em maioria lingüística com o uso da língua oral, reconhecida como a majoritária. Os surdos formam a minoria lingüística, com o uso das línguas de sinais; reconhecida legalmente, porém, não assumida pelos ouvintes como prioritária e fundamental para os surdos.

Essa forma de organização conceitual, surdos e ouvintes, são originárias das comunidades surdas, que preferem essa identificação de linguagem; que para ambos os grupos têm razões lingüísticas, culturais, sociais e políticas que os levam a reconhecerem-se como ser ouvinte e ser surdo.

As trilhas destas representações ouvintistas, foram produzidas por muitos anos, cujos surdos foram submetidos ao desenvolvimento da expressão oral como única forma de comunicação no contexto educacional, cuja filosofia denomina-se Oralismo.

Skliar (1998) defina que esta prática ouvintista, sugere uma forma particular e específica de colonização dos ouvintes sobre os surdos. Supõe representações, práticas de significação, dispositivos pedagógicos, etc., em que os surdos são vistos como indivíduos inferiores, primitivos, incompletos e incapazes.

O desenvolvimento da Filosofia Oralista na educação de surdos, trouxe a estes conseqüências traumatizantes na formação da sua personalidade, frustrações no processo de aprendizagem, negação da sua identidade pessoal, freqüentes distúrbios emocionais como agressividade, nervosismo, impulsividade, insegurança, dependência, depressão, paranóia, baixa auto estima, entre outros. Isto em decorrência de que muitos surdos reconheciam-se com o desejo de serem como os ouvintes. Ouvintes são felizes, trabalham, estudam, são valorizados, conseguem interagir nas diversas

situações sociais. Por sua vez ser surdo, é ser incapaz, ser deficiente, isolado da sociedade.

Esta concepção clinica terapêutica da surdez produziu "verdades" prejudiciais aos estudantes surdos pertencentes a minorias, submissos a hegemonia do ouvinte, que sempre desejou para o surdo, a normalização, o que significa trabalhar o indivíduo surdo do ponto de vista do indivíduo normal ouvinte.

Nos Estudos Culturais, verifica-se que os sujeitos produzem-se nas relações sociais, não se constituem no isolamento, na segregação. A interiorização da sua vida - ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com outros – é, pois uma exteriorização e confirmação da vida social.

A vida dos sujeitos surdos compõe-se em múltiplos contextos, seja de comunicação oral, ou seja, pela língua de sinais. Isto depende do ambiente lingüístico em que são geradas as linguagens surdas.

Para os surdos seu modo de comunicação é a língua de sinais e a construção da identidade se dá na relação com o outro, pois todo mundo busca se comunicar. A linguagem é fundamental para o desenvolvimento emocional, social, cognitivo e intelectual dos sujeitos. É através da linguagem que se estrutura o processo do pensamento. E este se dá de um movimento constante, movimento este que coordena ou relaciona as representações mentais em sistemas conceptuais (Caio Prado Junior). Pois, a linguagem:

> tem por sua função introduzir neste desfilar permanente e autodinâmico de representações que se não sucessivamente entrosando uma nas outras num processo sem fim, introduzir numa altura qualquer e conveniente, um seccionamento que apresente como que apresente como que um corte do processo de concentração e permita registrar desde logo a relação ou grupo de relações já estabelecidas ou sistema conceptual alcançado pelo movimento do pensamento, por um símbolo ou representação lingüística, som, sinal gráfico, gesto.

Frente a estas representações que a filosofia oralista produziu nos surdos, as suas ouvintizações, a filosofia do bilingüismo tem apontado o caminho possível na

educação de surdos, invertendo esta lógica opressora, impositiva e hegemônica do ouvinte, em relação a esta comunidade.

O Bilingüismo tem como pressuposto básico que a comunicação do surdo deve acontecer em duas línguas, à língua de sinais (L1) que é considerada a natural das pessoas surdas e como segunda língua, a língua oficial do seu país.

A proposta da educação bilíngüe para surdos, pode ser considerada como uma oposição aos discursos e as práticas hegemônicas dos ouvintes, e entendida como um reconhecimento político da surdez como diferença.

Discutir a educação bilíngüe numa dimensão política assume um duplo valor o "o político" como construção histórica, cultural e social, e o "político" entendido como as relações de poder e conhecimento que atravessam e delimitam a proposta e o processo educacional. Existe neste último sentido, um conjunto de políticas para a surdez, políticas de representações dominantes da normalidade, que exercem pressões sobre a linguagem, as identidades e, fundamentalmente, sobre o corpo dos surdos (Davies, 1996). Tais políticas podem ser traduzidas como práticas colonialistas ou, melhor ainda como práticas de ouvintização (Skliar, 1998). Neste sentido, percebe-se que os surdos querem romper com esse colonialismo.

Os surdos estão se afirmando quanto grupo social com base nas relações de diferença, pois são eles que sabem sobre a língua de sinais, são eles que sabem ensinar os surdos, são eles que são visuais – espaciais.

A língua de sinais simboliza uma vitória em relação aos ouvintes que consideravam os surdos incapazes de opinar e decidir sobre seus próprios assuntos. Desnuda o estigma "deficiente auditivo" para "surdos", um conceito estereotipado que normalmente, entre os ouvintes ainda lhes conferem, como sendo "deficientes", estigmatizados ou excluídos.

Sobre esse foco de análise, os estudos surdos, mobilizam rompimento de paradigmas, principalmente sobre a educação bilíngüe, ao desvelar questões como: as obrigações do Estado para com a educação da comunidade surda, as políticas de significação dos ouvintes sobre os surdos, o amordaçamento da cultura surda, os mecanismos de controle através dos quais se obscurecem as diferenças, processo pelo qual se constituem – e ao mesmo tempo se negam – as múltiplas identidades surdas, a

“a ouvintização” do currículo escolar, a separação entre escola de surdos e comunidade surda, a burocratização da língua de sinais dentro do espaço escolar, a onipresença da língua oficial na sua modalidade oral e/ou escrita, a necessidade de uma profunda reformulação nos projetos de formação de professores (surdos e ouvintes) entre outras (SKLIAR, 1998).

Ao conceitualizar o bilingüismo neste contexto, se faz necessário esclarecer que não significa que ao usar as duas línguas, estão resolvidas as questões educacionais dos surdos. O que o bilingüismo desvela é a ruptura com a concepção clínica terapêutica da surdez, ao fazer conexões com uma concepção sócio-antropológica; compreendida na relação da diferença. Diferença aqui, inspirada nos estudos do autor francês Derrida (1991), ou seja, a palavra *différance* remete à idéia de “diferir”, de “adiar”; diferença é movimento, fluidez, múltiplas facetas. Esse conceito também se faz presente nos estudos de Deleuze, para o qual o pensamento que compõe a diferença é visualizado como um pensamento puro, como um mundo dos simulacros, ao libertar a diferença da representação, de sua subordinação à “identidade”, ao “mesmo” e à “semelhança”, sem nenhum ponto de fechamento, sujeito ao deslocamento.

A relação fundamental que se estabelece é a do diferente com o diferente e não o semelhante com o idêntico ou do idêntico com o diferente; a idéia é a multiplicidade dos seres, do deslizamento; pois a diferença não se fecha em si mesma como um conceito; seu traço está em pensar no não presente e no não ausente, mas em uma marca, um traço que se desloca.

Segundo Deleuze (2004, p.147 - 148):

> (...) a diferença específica de modo algum representa um conceito universal para todas as singularidades e sinuosidades da diferença (isto é, uma Idéia), mas designa um momento particular em que a diferença apenas se concilia com o conceito em geral. A diferença deve sair de sua caverna e deixar de ser um monstro; ou, pelo menos, só deve subsistir como monstro aquilo que subtrai ao feliz momento, aquilo que constitui somente um mau encontro, uma má ocasião.

Corazza e Tadeu (2002, p.10-11) colocam que se deve:

> (...) fugir da tentação da dialética. Recusar-se a conceber o mundo em termos de negações que afirmam o mesmo e o idêntico. Sair da órbita da contradição. Reprimir ou liberar. Natureza ou cultura. Individuo ou sociedade. Sujeito ou objeto. Realidade ou aparência. Desejo ou civilização. Poder ou resistência. "para libertar a diferença precisamos de um pensamento que diga sim à divergência" (Foucault). Um pensamento não – identitário. A dialética circunscreve o campo da vida e do pensamento a um "isto e não-isto" que acaba voltando, pela astúcia da contradição, ao simplesmente 'isto". A diferença propõe, em vez disso, o "isto e aquilo e mais aquilo...".

Transitar os estudos surdos sobre este novo olhar, significa descentrar, desestruturar, desconstruir o sentido uniforme da visão dos ouvintes sobre os surdos, ou seja, romper com o próprio binarismo ouvinte e surdo, subjacentes às representações de identidade, produzidas pelas práticas de significação.

Silveira (2000,p.177) argumenta sobre as imagens e representações da surdez no aspecto antropológico dizendo que:

> As representações de surdez que se inspiram num modelo antropológico e atualmente buscam um horizonte de legitimação nos Estudos Culturais, vêem a comunidade dos surdos como possuindo uma cultura com traços distintivos peculiares, com uma Língua própria (a Língua dos Sinais) e, em conseqüência, formas particulares de organização (inclusive social) e de representação, nas quais a visão adquire uma dimensão quantitativa e qualitativa diferente da sua função entre os ouvintes. Neste campo de representações, constituem-se a legitimidade dessa específica cultura visual, da Língua dos Sinais, como conjunto estruturado e significativo de sentidos que se intercambiam dentro da comunidade, e o credenciamento da minoria surda como uma minoria *diferente*, mas não *deficiente*.

Nessa perspectiva de buscar compreender e se fazer compreendido, até mesmo de entender melhor tudo que ocorre a sua volta, observa-se que a vida em sociedade tenta sempre uma forma de normalizar as atribuições direcionadas através de regras, normas, crenças e comportamentos que devem ser seguidos pelo homem, julgando – se necessários a todos, indistintamente, o mesmo. Entretanto, a mudança de uma visão apoiada na normalização, na adaptação social, na aceitação do status quo, para uma visão que procura entender as singularidades inerentes ao ser humano e a importância de transformação de uma sociedade que impõe aos seus cidadãos valores dominantes

(sejam lingüísticos, culturais, sociais, estéticos, religiosos) é algo que demanda tempo e aprofundamento de idéias.

Esta forma normativa está enraizada no pensar e agir das pessoas. O fato é que é muito difícil as pessoas se libertarem das suas idéias próprias para procurar entender a do(s) outro(s). Sair de suas representações uniformes, e transpor outros olhares do outro (s). O outro na educação de surdos foi sempre um outro que devia ser anulado, apagado, excluído reproduzido como igual, identificando como o mesmo, a cópia. O outro é um mistério, não facilmente identificável; traduzível. Com as atuais mudanças nas concepções de subjetividade, é que se começa a redirecionar o olhar na relação com o outro.

A relação com o outro não está mais significada só no saber, no conhecimento, na verdade, na intencionalidade, na identidade, mas no poder de sua alteridade, de sua irrupção, de sua interpelação, de seus deslocamentos, de sua fluidez e transgressão. .

Essa alteridade é tornar-se outro, todavia:

> esse tornar-se outro não é o retorno do Uno que volta, mas diferenças de diferenças, divergências transitórias, sempre mais e menos a cada vez, mas nunca igual. Não é questão de limitar esse dever, ordena-lo ao mesmo e faze-lo semelhante. (GABILONDO, 2001. p.163).

Desse modo, como diz Derrida, somos reféns do outro, e não podemos ter relação com nós mesmos além da medida na qual a irrupção do outro tenha precedido a nossa própria ipseidade[9] (DERRIDA, 2001. p.51). Ao situar os estudos surdos nesse campo das linguagens e suas representações, significam cruzá-lo na pedagogia do outro; compreender o outro como diferença em suas múltiplas possibilidades e improbabilidades (SKLIAR,2003). Uma pedagogia que desnuda, demarca, indefine, irrompe, traduz, transpõe, as diversas vozes que compõe o pensamento e a linguagem, produzidos na diferença.

[9] Refere-se ao processo de individuação que faz com que alguém seja ele mesmo e se diferencie de qualquer outro.

A “voz” dos surdos permaneceu não visualizada pelos ouvintes durante um século, uma vez que as idéias dominantes dos ouvintes negaram-lhe o direito de comunicarem-se em língua de sinais, no seu processo de ensino e aprendizagem, na tentativa dos ouvintes controlarem pela linguagem oral o domínio sobre este grupo social. Essa forma de poder exercida pelos ouvintes vem sendo transformada pela prática da educação bilíngüe, compreendida como diferença.

Digo com Regina de Souza, que: “O pouco conhecimento que ainda temos dos surdos, enquanto personagens constitutivos de vários grupos sociais minoritários, pertencentes, pois, a comunidades tão legítimas quanto tantas outras, tem colaborado, e em muito, para a exclusão de gerações e gerações de surdos pela assimilação da diferença, pelo assujeitamento das alteridades à lógica da igualdade descabida de uns poucos” (1999, p. 1).

A partir do momento em que os surdos começaram a modificar as suas representações das identidades culturais as quais pertencem, compostas pelas línguas de sinais, pelo posicionamento crítico frente as relações de poderes exercidas pela maioria ouvinte, passaram a manifestar resistências e oposições,em suas práticas sociais.

Para Silva, (1998) a identidade cultural ou social é o conjunto dessas características pelas quais os grupos sociais se definem como grupos: aquilo que eles são, entretanto é inseparável daquilo que eles não são, daquelas características que os fazem diferentes de outros grupos.

Neste sentido, os elementos que compõe identidades na concepção dos Estudos Culturais (Hall, 1997:21) são traduzidos em:

> - as identidades são contraditórias, se cruzam se deslocam continuamente;
> - as contradições cruzam grupos políticos ou mesma estão na cabeça de cada indivíduo;
> - nenhuma identidade social pode alinhar todas as diferentes identidades com uma identidade mestra;
> - a erosão da identidade mestra faz emergir novas identidades sociais pertencentes a uma base política definida pelos novos movimentos;
> - a identidade muda de acordo como o sujeito é interpelado;
> - a identidade cultural é formada através do pertencimento a uma cultura.

Outra autora a narrar sobre as identidades e especificamente sobre as identidades surdas é Perlin (1998) em sua pesquisa sobre as identidades culturais surdas apresenta algumas características de como se dão estes processos: a)Identidades surdas – Wrigley (1996:25), tenta descrever o mundo surdo como um país cuja história é rescrita de geração a geração. As culturas dos sinais , bem como o conhecimento social da surdez, são necessariamente ressuscitadas e refeitas dentro de cada geração; b)Identidades surdas híbridas – São os surdos que nasceram ouvintes, e que com o tempo se tornaram surdos. Conhecem a estrutura do português falado e usam-no como língua.Eles captam do exterior as comunicações de forma visual, passam-na para a língua que adquiriam por primeiro e depois para os sinais; c)Identidades surdas de transição - surdos que foram mantidos sob o cativeiro da hegemônica experiência ouvinte e que passam para a comunidade surda, como geralmente acontece; d)Identidade surda incompleta – Surdos que vivem sob uma ideologia ouvintista latente que trabalha para socializar os surdos de maneira compatível com a cultura dominante; e)Identidades surdas flutuantes – Estão presentes onde os surdos vivem e se manifestam a partir da hegemonia dos ouvintes. Existem alguns surdos que querem ser ouvintizados a todo custo.

A autora ainda acrescenta os cuidados que alguns discursos de enunciação nas representações que podem ser revestidos de aparato popular; na construção destas identidades. A forma de ver o mundo, de provocar rupturas, de exercer suas relações sociais, produz-se na sua alteridade. Se os surdos continuarem a ser narrados como ouvintes, suas representações posicionam-se como subalternos pelo colonialismo que o produziu nesta forma de constituição.

Visto o panorâmico por onde atravessam as identidades surdas, identificam-se práticas sociais por onde imperam poderes. Foucault ensinou a ver relações de poder como internas comuns, misturadas na praticidade dos encontros. No discurso clínico dos ouvintes em relação aos surdos, tecem redes de poderes e vêm camufladas as questões da fala, da integração e do colonialismo.

Essas resistências dos surdos, não representam a busca por formarem através da língua de sinais, um grupo segregado, especifico somente para quem não houve e nem transformar a educação bilíngüe em uma metodologia pedagógica “especial”, em

mais uma utopia a ser rapidamente abandonada, em mais uma pedagogia corretiva (SKLIAR, 2003). Não é a repetição do mesmo.

O que os estudos surdos vêm mostrando, é a necessidade de mudar o olhar, descentralizar os discursos das questões da surdez, que ainda se inscrevem na perspectiva da educação especial. É fundamental esta ruptura, para que a educação de surdos transponha paradigmas; sobretudo da deficiência; desestabilize práticas dircusivas hegemônicas da "superioridade lingüística ouvinte" em relação a "inferioridade lingüística surda".

Os pesquisadores surdos Perlin e Miranda (2003,p.218), em seus estudos têm desvendado as narrativas sobre as identidades culturais surdas, produzindo discussões sobre os significados de ser surdo. Suas análises deslocam, rompem com o conceito da palavra "surdez" que nas práticas sociais, hospedam representações de anormalidade, incompletude, deficiência, e mostram o conceito de ser surdo como:

> (...) um conceito fluido onde a epistemologia esgota o conhecimento presente na essencialidade da comunidade surda (sem esquecer hibridismos) e não mais o conceito da deficiência, da clinicalização, da cura, da incapacidade... Não mais o conceito de ser surdo falante ou não falante, mas exclusivamente que pode utilizar-se da fala ou da língua portuguesa para intermediar o intercâmbio cultural.

Essa irrupção, esse outro jeito de significar a "surdez" partem dos atuais estudos do Dr. Paddy Ladd (2001) que apresenta uma nova palavra ao ser surdo: Deafhoad (palavra nova que não significa "surdez", mas ser surdo). A característica relevante em que se inscreve essa palavra nova é por ela não se tratar de uma deficiência, mas de uma experiência visual. Desta experiência visual, são geradas as relações, as representações e os significados que os surdos atribuem ao mundo, utilizando-se exclusivamente da visão, em substituição total a audição.

No entanto, as barreiras auditivas não impedem os surdos de aprenderem à modalidade escrita da língua portuguesa. Pelo contrário, como transferem seu potencial de percepção para o sentido da visão, a memória visual é desenvolvida e a aprendizagem da leitura e da escrita pode ser assegurada.

Porém, nesse processo de aquisição da escrita, os surdos apresentam dificuldades para a construção de textos coesos e coerentes, sendo que suas produções, em comparação àquelas produzidas pelos ouvintes, são consideradas, pelos educadores, como gramaticalmente incorretas e pobres. Não se questiona em que práticas sociais foram constituídas estas "verdades"

As práticas discursivas, as significações das identidades culturais e educacionais dos surdos precisam transpor as tradições conceituais do paradigma da medicalização, como um paradigma oposicional, assumindo as práticas das relações como diferenças. Numa perspectiva crítica, esse posicionamento do meio intelectual poderia transformar as relações sociais, culturais e institucionais através das quais são produzidas as representações e significações hegemônicas/ouvintistas sobre a surdez e sobre os surdos, compreendê-la como a pedagogia do outro (SKLIAR, 2003).

Práticas sociais que atravessam o tempo, no tempo que se movimenta em direção ao não determinado, à não ordem, a improbabilidade, a não repetição do mesmo. Que cruza olhares, escuta silêncios, desnuda corpos, desvela faces, decompõe textos, indefine verdades das múltiplas identidades que constitui o outro.

E neste contexto de contradições, de relações de poderes, entenderem que não se trata de permissão lingüística frente à hegemonia ouvinte, e sim uma proposição de inversão de novos olhares sobre as minorias sociais, que para os surdos, sua diferença é a lingüística.

O uso de LIBRAS pelos surdos, desde a mais tenra idade, possibilita que estes tenham acesso ao conhecimento, vivenciando as relações sociais com seus pares e com os ouvintes, para a compreensão do mundo em que está inserido.

Nessa perspectiva de buscar compreender e se fazer compreendido, até mesmo de entender melhor tudo que ocorre a sua volta, observa-se que a vida em sociedade tenta sempre uma forma de normalizar as atribuições direcionadas através de regras, normas, crenças e comportamentos que devem ser seguidos pelo homem, julgando – se necessários a todos, indistintamente.

Entretanto, a mudança de uma visão apoiada na normalização, na adaptação social, na aceitação do status quo, para uma visão que procura entender as peculiaridades inerentes ao ser humano e a importância de transformação de uma

sociedade que impõe aos seus cidadãos valores dominantes (sejam lingüísticos, culturais, sociais, estéticos, religiosos) é algo que demanda tempo e aprofundamento de idéias.

Essa transformação social, não se refere a um mundo ideal, deixando-se cair na fantasia, ilusão de um mundo futuro perfeito. Está relacionada, a este movimento dialético de contradições, ao assumir toda a realidade contraditória, e ver nesse movimento de contradições, no emergir do dado negativo, antagônico, o caminho histórico da solução.

Diante de todo este contexto, de lutas, conquistas, avanços e retrocessos sobre a linguagem e a surdez, verifica-se gradativamente novas perspectivas sobre a importância do LIBRAS para os surdos bem como a efetivação de sua educação com bilingüismo.

A partir do momento em que os surdos começaram a ter consciência de pertencer a uma comunidade lingüística diferente, passaram a articular resistências e oposições, às imposições exercidas pela maioria ouvinte.

Essas resistências, não representam a busca por formarem através da língua de sinais, um grupo segregado, especifico somente para quem não ouve e nem transformar a educação bilíngüe em uma metodologia pedagógica "especial", em mais uma utopia a ser rapidamente abandonada.

O que os estudos surdos buscam, são desfocalizar os discursos da educação bilíngüe, que ainda se encontra sobre a ótica da educação especial. É fundamental esta separação, para que a educação bilíngüe desenvolva certa profundidade política. Neste sentido, a educação bilíngüe não pode ser conceitualizada como um novo paradigma na educação especial, mas como um "paradigma oposicional". Numa perspectiva crítica, a educação bilíngüe poderia transformar as relações sociais, culturais e institucionais através das quais são geradas as representações e significações hegemônicas/ouvintistas sobre a surdez e sobre os surdos.

1.2 Os significados das linguagens nas práticas sociais no campo dos Estudos Culturais

As linguagens estão presentes no homem, nos animais, na natureza em geral. Atravessam estudos e pesquisas nas ciências tecnológicas, biomédicas e sociais, na busca do homem compreender as relações de si com o mundo que o cerca. Olhares, traduções, imagens, movimentos, sinalizações, as marcas mais significativas da cultura, produzidas pelas linguagens. Essas trocas simbólicas permitem a comunicação e geram as relações sociais, atribuindo sentidos aos seres humanos. A visibilidade destas relações sociais é traduzida no campo teórico dos Estudos Culturais como acontecimentos discursivos e textuais, transpondo a multiplicidade de representações em que se produzem as práticas sociais.

A essa transposição de significados decorrente dos encontros teóricos, HALL (2000, p.211) enfatiza:

> A importância crucial da linguagem e da metáfora lingüística para qualquer estudo da cultura; a expansão da noção do texto e da textualidade e do poder cultural, da própria representação, como local de poder e de regulamentação; do simbólico como fonte de identidade.

Tem-se observado que desde a revolução industrial e, mais recentemente, a revolução eletrônica, seguida da revolução informática e digital, o poder multiplicador e o efeito produtivo das linguagens, ampliando-se em diferentes espaços sociais. A era das imagens de registro físico de fragmentos do mundo, iniciada com a fotografia e seguida pelo cinema, TV, vídeo e holografia, por exemplo, tem apenas um século e meio de existência e já estamos instalados agora em plena efervecência da era pós-fotográfica, de geração sintética das imagens e da realidade virtual (SANTAELLA E NOTH, 1998: 159-187).

As autoras Santaella e Noth ainda salientam, que as linguagens crescem, cruzam-se nas redes de comunicação e transformam-se em significativos veículos nas práticas sociais. O jornal, por exemplo, é uma união que deu certo, entre o telégrafo, constituindo-se atualmente em fax e rede de telecomunicação, a foto e a modificação qualitativa da linguagem escrita no espaço gráfico (diagramação, etc.); o videotexto – versão rudimentar das atuais redes telemáticas conectadas com os computadores pessoais cujo modelo é a internet – nasceu da combinação de um banco de dados com

o telefone e um terminal de vídeo. Enfim o universo midiático tem apresentado uma multiplicidade de exemplos de hibridização de meios, códigos e sistemas signos, ampliando os processos das linguagens. Desta forma, podem-se inscrever as linguagens como em um rizoma, traduzindo eventos, gerados na variedade dos processos sígnicos constituídos pelas expressões faladas, escritas ou sinalizadas, apresentando diferentes estatutos sociais, políticos, culturais educacionais.

Partindo desta compreensão das linguagens traduzirem as culturas, os valores, os padrões sociais, produzirem significados, comporem representações, desconstroem-se idéias da neutralidade, unicidade da identidade dos sujeitos, como apenas reprodutores, transmissores do pensamento, repetidores do mesmo. As linguagens produzem sentidos na mediação do ser humano com a realidade em que vive fabricando identidades sociais. Não são neutras, nem emudecidas; e sim interpeladas nas práticas discursivas. Esse processo de significação das linguagens, é um dos pontos mais polêmicos das teorizações dos pós-estruturalistas e pós-modernistas, constituindo-se na chamada "virada lingüística".

Para Silva (2000) esta concepção em uma análise pós-estruturalista, representa o momento no qual o discurso e a linguagem passaram a ser considerados como centrais na teorização social. Com a chamada "virada lingüística" ganha importância a idéia de que os elementos da vida social são discursiva e lingüisticamente construídos. Noções como as de "verdade", "identidade" e "sujeito" passam a ser concebidos não como elementos descritivos de um mundo social uniforme, lógico e transparente, mas constitutivos de múltiplas linguagens. Estas, indefinidas pela fissura do entre, visível na não definição, irrompidas pela não ordem social, desmaculadas pelas possibilidades do outro(s), inventadas nas tramas dos discursos, interpeladas ao que não se espera tradutora de imagens, significadas pela diferença.

O que os filósofos da linguagem – como Jaques Derrida, influenciados por Saussure e pela "virada lingüística" argumentam é que, apesar de seus empenhos, o/a falante individual não pode, nunca, determinar, fixar as práticas discursivas e as suas identidades de uma forma final. As palavras são "multimolduradas", "multifacetadas", "fragmentadas", significadas pelos percursos construídos nos ecos em que elas se deslizam. São rastros que se deslocam, transpõe outros significados discursivos,

mesmo que haja esforços para definir o significado, para traduzi-lo como o "verdadeiro" e o "correto".

As afirmações produzidas pelos sujeitos, são baseadas em proposições e princípios dos quais desconhecemos as trajetórias, ainda que busquemos uma auto definição, auto-afirmação, para encontrar uma identidade genuína, soberana, autêntica, mas que são desveladas no percurso de nossa língua. Os enunciados circunscrevem - se em um "antes e um depois", o vir - a ser, o tornar-se, o devir, construindo significados. Aqui vale ressaltar, uma citação de Corazza e Silva (2002) sobre uma expressão de Bhanchot: "o que é primeiro não é a plenitude do ser, é a fenda e a fissura, a erosão e o esgaçamento, a intermitência e a privação mordente". Estes significados pressupõem instabilidade, modalidade, espacialidade e temporalidade, mesmo que no discurso[10] se procure um fechamento, uma razão, uma identidade; são constantemente irrompidos pela diferença. A diferença compreendida como processo de criação, de variação, de diferenciação, da multiplicidade das linguagens que não buscam a essencialidade do ser, mas se movimentam no jogo da fissura, da fenda, da erosão, da rasura, no entre, em que são traduzidas as práticas discursivas.

Com essas análises, a chamada "virada lingüística" vem centralizando as discussões sobre a multiplicidade das linguagens em vários campos teóricos. Em suas práticas de significação, transpõe o modelo filosófico clássico, o qual atribuía à linguagem uma atenção marginal; porém este mesmo modelo compreendia que a linguagem era um conhecimento, e o conhecimento era de pleno direito, um discurso, cujo pensamento fundamental é que só se podiam conhecer as coisas do mundo pensando por ela (FOUCAULT, 2002). O autor anuncia um outro olhar sobre a linguagem. Nela, não há uma correspondência imediata entre a "consciência" e o "real", nem uma simples reprodução das imagens do mundo, reflexos do conhecimento. São práticas discursivas/enunciativas pelas quais os sujeitos em suas diferentes posições, inscrevem suas narrativas sobre os objetos.

Não há duvidas que muitas são as linguagens no comportamento humano, as quais não consistem apenas em um mero subproduto do pensamento; pelas linguagens

[10] No contexto da crítica pós-estruturalista, o termo é utilizado para enfatizar o caráter lingüístico do processo de construção do mundo social.

podem se significar como um comportamento é apreendido, pulsionando relações e reações. Nas perspectivas pós - estruturalista e pós-modernista, as linguagens inscrevem-se em múltiplos sentidos. Em A arqueologia do saber, Foucault (1987, p.56) explica que os discursos não são um conjunto de elementos significantes (signos) que remeteriam a conteúdos (coisas, fenômenos, etc.) que estariam no mundo, exteriores aos próprios discursos. Ao contrário, "os discursos formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato de fala." Em Derrida, constitui-se na noção de "texto", referenciando-se a qualquer conjunto de signos dotados de algum sentido, ou seja, da textualidade como local de representação e de resistência. Neste sentido, as linguagens não são estudadas como um dispositivo técnico e expressivo, como um sistema lingüístico; e sim, traduzidas a partir da construção de diferentes práticas sociais, ativamente envolvidas na produção, circunscrição das culturas. Hall (1997) nos diz que "Toda a ação social é "cultural" e todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação". (p.16). E, como nos ensinou Foucault, nesse jogo dos discursos estão implicados as relações saber-poder, o que nos permite entender a cultura como uma arena onde se travam as lutas pela significação.

É neste circuito dos Estudos Culturais, que a linguagem desempenha significação, nos múltiplos discursos e as diferentes histórias que se abrem ao campo do conhecimento. Rompe com as representações estabelecidas pela "elite cultural" sobre o conceito de alta cultura e baixa cultura nas práticas sociais. A tecitura de seus trabalhos desloca-se na intertextualidade, na significação, na incompletude por manter discussões políticas e teóricas numa tensão não resolvida e permanente.

Assim, pode-se dizer que as linguagens a partir de um olhar de produção, não operam no vazio, no vácuo, não surgem do nada, que os materiais significantes, vistos como coisas, não estão aí apenas para ser apreciados, contemplados, nomeados, descritos e passivamente aceitas para ser consumidos. São traduzidos, transpostos, deslocados, desdobrados, redefinidos, interpelados, irrompidos, em complexos

processos de transformação, apresentando um caráter indeterminado, aberto, flexível, incerto, incontido da atividade lingüística, das produções de significados.

Dessa forma, a "virada lingüística" ao focalizar os estudos da linguagem em suas dimensões de signo, de proposição, de atos de fala, de discurso, de enunciados, de identidades, de práticas de significação, rompe com o pensamento da linguagem apenas em representar, nomear e designar as coisas, instituindo um sujeito transcendental, existencial, para circunscrever-se no caráter interpelativo em que são produzidos os significados; nas práticas culturais, não puras, atribuindo sentidos na constituição dos sujeitos e das narrativas instituídas de representações culturais, sociais, lingüísticas e políticas. As linguagens não são constituídas de significações inferiores, reducionistas, não podendo ser concebidas com o sentido estrito de acumulação de saberes ou processo descritivo e sim compreendê-la na sua dimensão interpretativa, constitutiva das múltiplas formas de ser, de viver, de compreender e de traduzir o mundo.

1.3 As práticas sociais surdas que constituem os Estudos Surdos

Estou consciente do que é ser surdo e estamos orgulhosos de nós mesmos como pessoas surdas, orgulhosos de nossa língua e de nossa cultura. Nossa função como surdos nos permite tomar consciência de nós mesmos e se amparar a nossos iguais.
(Juan Eugenio Ravelo-Mendoza)

As comunidades surdas apresentam características singulares em suas práticas sociais, as quais rompem com as necessidades auditivas, atribuídas pelos ouvintes, como necessárias às pessoas surdas.

Para os ouvintes, suas relações com o mundo são produzidas naturalmente pela língua oral, em diferentes espaços sociais, conectando-os com ampla produção de conhecimentos.

No caso dos surdos, usuários das línguas de sinais, essas práticas sociais para que tenham significados, são necessários o aprendizado e desenvolvimento de suas comunicações pelas línguas de sinais, em diferentes níveis lingüísticos; processo pelo qual as informações sobre o mundo serão compreendidas.

Neste sentido, a diferença entre surdos e ouvintes, está em perceber que os surdos organizam-se em grupos, gerando ambientes lingüísticos na língua de sinais, traçando lugares e marcos nos espaços sociais para suas convivências e aprendizados, constituindo diferentes olhares sobre o(s) outro(s). Essa posição dos sujeitos surdos advém das experiências visuais comum para quem percebe o mundo de outra ordem, viso-espacial.

Pensar o mundo de outra ordem pressupõe compreender os processos culturais nos quais os sujeitos relacionam-se com o(s) outro(s) e tomam essas práticas sociais como o deslocamento para produção de suas identidades culturais.

Para os ouvintes, em sua maioria, o olhar que possuem sobre os surdos é como se fossem estrangeiros, nascidos no próprio país. Ao expressarem-se por imagens, os surdos que nasceram surdos, mobilizam suas situações da vida cotidiana, com normalidade, pois não tiveram desde seu nascimento experiência auditiva de comunicação, mesmo que seu ambiente lingüístico constitua-se na relação com falantes.

A preocupação que os surdos desenvolvam a fala, já foi explicada cientificamente por diferentes autores; e é representação dos ouvintes, que querem que o outro seja formatado na norma oral de comunicação.

Skliar(2000) discute que (re) construir e (re) conhecer o mundo atual e definir o lugar/espaço/tempo que ocupam os outros depende, em grande medida, da intensidade das imagens/representações do mundo que se selecionam, produzem, inventam, dissimulam e/ou ignoram-se através dos nossos olhares, dos nossos gestos e dos nossos discursos.

Um dos discursos oficiais fortemente veiculados sobre o(s) outro(s), refere-se às políticas de inclusão para as pessoas com deficiências, as quais compreendem as escolas/instituições da educação especial como “guetos”, propondo mudanças nestas práticas sociais. Não concordo com este posicionamento de que para os surdos, as escolas bilíngües sejam guetos. As reconheço como um dos lugares necessário às crianças surdas, para aquisição da língua de sinais e aprofundamento teórico sobre estas línguas, construção das identidades culturais surdas, aprendizado da língua portuguesa como língua 2, acesso ao conhecimento por meio de uma proposta

bilíngüe, espaço de construção política e cultural de quem percebe o mundo pela ótica não oral.

Neste momento, o que os estudos na área da surdez têm mostrado sobre a situação lingüística em que a maioria das crianças surdas está posta, é que são filhas de pais ouvintes e seus familiares não usam a língua de sinais para conversar com seus filhos; necessitando de um ambiente lingüístico para esse aprendizado. È fundamental que esta língua seja aceita e aprendida como língua oficial, com todos os valores lingüísticos, culturais, políticos e de identidades que ela proporciona.

Tem-se observado que as escolas de surdos, não representam apenas o lugar de sistematização do ensino, de aquisição de conhecimentos e apropriação da língua de sinais, mas um lugar de encontro com o(s) outro(s). Isso implica em reconhecer a escola de surdos como espaço de identificação sócio cultural, porque não significa que a convivência entre pessoas por si só haja comunicação. A comunicação existe quando, eu estabeleço trocas simbólicas de pensamento.

O outro surdo ao comunicar-se pela língua de sinais, aprofunda sua relação social, sua identidade sócio cultural quando há significados na linguagem. Mas não é somente o uso da língua que está em jogo e sim os valores, as regras, necessidades próprias das comunidades surdas.

O outro que na identificação com seus pares sabe a língua que eu sei, fala das coisas sobre o mundo que percebo, que expressa sentimentos e emoções, que escuta minhas angústias e necessidades, estabelece limites e aponta caminhos, discute diferentes idéias;

Talvez, você leitor esteja pensando: Mas esses aspectos são comuns para os ouvintes. Concordo. O que tem chamado à atenção, diz respeito ao número de surdos adultos que buscam estas escolas, centro de educação de jovens e adultos, além de estudar, para pedir orientações das situações da vida cotidiana. A pergunta que se faz, é por quê?

O que esta prática social tem traduzido é o contexto paradoxal das políticas de inclusão social. Em seus discursos de “respeito às diversidades”, de incluir a todos, massificam e homogeneízam grupos sociais, criam-se e implementam-se as políticas de normalização do outro(s), para que não mais sejam considerados excluídos, estejam

à margem do processo social, façam parte da estética da “normalidade”, da “igualdade”, dos “perfeitos”.

Nestes discursos patológicos, inventaram a surdez como deficiência e os surdos passaram a fazer parte do grupo denominados deficientes considerados os “especiais”. Nesta lógica Iluminista, reduziu-se a compreensão da surdez um problema clínico. E que nos atuais tempos de dos discursos da “sociedade inclusiva”, resolve-se esse problema como a permissão do uso da língua de sinais para os surdos, e os ouvintes aprenderem essa língua, para que se tenha uma igualdade.

A impressão que se passa nestes discursos, é a de uma sociedade romântica, harmoniosa, em igualdades sociais. Não se considera a especificidade do outro, a sua alteridade, as relações de contradições e poderes entre os grupos sociais; porque estas relações não são neutras, mobilizam conflitos, são elas que geram identidades e necessidades nos sujeitos.

As necessidades dos surdos brasileiros, apontadas pelos Estudos Surdos, entre outras, referem-se às implantações das políticas lingüísticas da língua brasileira de sinais e todas as suas implicações, pelas quais se devem discutir o viés da inclusão.

Os surdos sempre estiveram nas sociedades e freqüentam os diferentes espaços sociais como: igrejas, escolas, médicos, comércio, eventos culturais, festividades, shoppings, universidades, estão no mercado de trabalho, vivenciam situações judiciais, viajam sozinhos, utilizam-se dos diferentes meios de comunicação, posicionam-se mesmo que timidamente sobre seus interesses.

A reflexão que se faz, não é apenas em que eles estejam nos ambientes sociais, e sim como participar efetivamente destas relações sociais, adquirindo e expressando seus conhecimentos pela língua de sinais; transpondo o caráter de inferioridade social, submissos, atribuídos pelos ouvintes.

Essa é a diferença da necessidade de agrupamentos dos surdos. Alguns espaços sociais para eles, servem de encontro com suas identidades culturais. É comum nos terminais de ônibus, um aglomerado de surdos conversando em língua de sinais. Porém, muitas vezes a sociedade ouvinte, traduz essas imagens como “desocupados”, “sem objetivos na vida”, “baderneiros”, pois ficam parados por um bom

tempo conversando. Nestes momentos, o que os surdos vivenciam é o prazer, a alegria da sua liberdade de expressão, por haver correspondência na comunicação.

Outra prática social vivenciada pelos surdos, refere-se à utilização de celulares e Internet para suas interações sociais. Nesse aspecto tenho constatado nas diversas situações em que convivo com as comunidades de surdos. É interessante porque mesmo surdos adolescentes ou adultos que não estão matriculados em instituições de ensino, buscam estes lugares para desenvolver noções básicas de português escrito, objetivando o uso da Internet e dos celulares, para interagir com a comunidade surda e também com a de ouvintes. É o uso social da língua, mobilizando diálogos e posicionamentos entre as pessoas, conhecendo o outro de si e o outro dos outros.

Pela escrita, na internet, verifica-se que esta tecnologia tem sido o meio de aproximação de diferentes grupos sociais. Está revolucionando a vida de milhões de pessoas no mundo inteiro, sejam elas ouvintes ou surdas, independente das suas subjetividades. A dimensão do uso desta mídia tem produzido diferentes mudanças na vida das pessoas, e depende da realidade em que se vive, e daquilo que se busca (ou pode ser encontrado) através da rede.

Quais os significados para os surdos? A internet tem se mostrado como um meio de aproximação, de agrupamento das comunidades surdas espalhadas pelo país e pelo mundo. Além disso, possibilita a ampliação de conhecimentos, de trocas de experiências com os surdos de outros locais, sejam do seu próprio país ou de outros.

É também pela internet que os surdos têm organizados seus movimentos sociais, para discutirem, analisarem e unirem-se nas lutas e reivindicações pelos seus direitos, como aproximação com o outro surdo; principalmente em uma época onde o uso de tecnologias sociais tem ressignificado as relações sociais.

Os surdos têm utilizado destes meios para narrarem sua cultura, suas angústias e necessidades, pertencentes às comunidades de seu próprio país ou não. Para eles ter uma webcam acoplada no computador é de extrema importância. Esse mecanismo possibilita aos surdos subsídios, dados, informações e formação para que eles conheçam e interaja nas suas práticas sociais, como também transpor situações do meio em que se relacionam.

Este processo de comunicação na internet tem acontecido fortemente através da leitura e escrita. Esses registros redefinem sua história junto às pessoas, mas também serve de instrumento de identificação cultural, ao constituir uma rede de significados, de posicionamentos e condições de vida dos surdos no mundo.

Concomitante ao uso da internet pelos surdos através da escrita, inicia-se também suas comunicações pela língua de sinais, utilizando-se da multimídia, a qual proporciona a rapidez no entendimento dos enunciados produzidos. Já é realidade em nosso país, a realização do curso de graduação Letras/Libras, em 9 pólos nas Universidades Federais, cuja estrutura e funcionamento está ocorrendo por alguns encontros presenciais,mas principalmente através da internet, com fórum de debates, estudos pelos meios de comunicação multimídia.

Na internet os surdos encontram um mundo de imagens, desenhos com animação, gravuras, figuras, possibilitando aos surdos, identificação de linguagens.

Esse é um fator bem positivo, e aí colocaríamos uma aproximação do uso da escrita nas interações com os ouvintes ou nas interações com os próprios surdos. Em suas narrativas, os surdos privilegiam o uso da webcam nas suas comunicações, como reconhecimento visual do outro.

Para os ouvintes o mecanismo de acesso na internet é direcionado por palavras, para os surdos são os sinais, os ícones, as imagens, os símbolos. Essa forma é própria dos surdos, pois o campo visual é quem direciona suas ações. E os mesmos relatam da alegria de poderem olhar para o outro nas suas comunicações. Da mesma forma que para os ouvintes a entonação de voz, o olhar, o escutar, desenvolve uma auto estima positiva, para os surdos às imagens são as emoções dos seus pensamentos.

Isto é possibilidade de democracia, de através das diferentes linguagens ressignificar o modo de ser e participar nas práticas discursivas. Não estamos dizendo que todos os surdos têm acesso a internet, situação similar encontra-se em relação aos ouvintes. Mas os surdos que estão usando a internet sejam eles estudantes, profissionais, participantes dos movimentos sociais em defesa das lutas surdas, observa-se mudanças em suas práticas sociais.

Quais mudanças vêm ocorrendo? Pela internet, as escolhas nos processos de comunicação ocorrem pelos fatores de representações, que nos estudos culturais são denominados de “identidades”, compreendidas como diferenças.

Observa-se que assim como a maioria dos ouvintes se "identificam" com outros ouvintes, a maioria dos surdos se "identificam" com outros surdos. Essas identidades na cultura surda são vivenciadas pelas relações com que cada surdo organiza-se nos grupos; seja no grupo dos ouvintes quanto no de surdos, modificadas pelas suas subjetividades.

Os surdos ao inscreverem-se nestas relações discursivas pela internet, desenvolvem seu processo de letramento. Esse é um aspecto significativo, pois o interesse é ampliar os conhecimentos tecnológicos como estratégia de manifestações das suas idéias nas relações de poderes estabelecidas nos ambientes sociais.

As imagens visuais, a escrita, atravessam o lugar do ser surdo quando na rede, a “voz” dos internautas surdos é legitimada pela criação de Chat, site em que estão implícitas suas próprias linguagens. Muitos ouvintes têm entrado nos Chat de surdos pela curiosidade de saber como é esta linguagem, as traduções de palavras em sinais usando os dicionários visuais. São estas linguagens que apresentam as fronteiras, a diferença na comunicação, de quem percebe o mundo pelo campo espaço visual.

É interessante este processo, porque o que está em jogo nestas relações são as posições de sujeito, os surdos ao apropriarem-se dessas informações percebem que a “norma culta” de escrever na internet, já não tem o mesmo significado se comparados ao processo de escolarização regular.

Por outro lado é um dos meios de aprofundar seus conhecimentos sobre o mundo. Ao conectarem-se com diferentes grupos sociais, ampliam o universo de idéias dos sistemas políticos, culturais, econômicos, lingüísticos, sociais do qual fazem parte. E que através da multimídia vem mudando suas posições sobre o estado do mundo aos quais são constituídos enquanto sujeitos.

Sujeitos das relações interculturais. A cultura surda percebe-se numa política de aproximação cultural, de migração e discriminação, de diáspora e paranóia, de busca da diferença, em uma ansiedade e uma angústia provocada pela presença

que investe na forma de vida do surdo, sua percepção, sua penetração (PERLIN, 2004).

A vida do surdo tem sido modificada a partir destes olhares que os posicionam nas possibilidades de cidadania. Não como igualdade, e sim como diferença que transpões a virada cultural.

Perlin remete-se a este aspecto por tornar-se visível as transformações que vem acontecendo, como a pedagogia dos surdos, a escrita de sinais, as funções dos professores e instrutores surdos, os surdos pesquisadores, o modo de vida das famílias surdas, a participação dos surdos no mundo do trabalho em diferentes profissões, o surdo internauta.

Essa travessia cultural tem sido elemento positivo, ao despertar nas comunidades surdas o acesso à cultura surda. Que anteriormente, focalizada mais nos espaços de associações de surdos e algumas situações educacionais, não permitindo o encontro com o outro surdo.

Para os ouvintes que os compreendem nas suas diferenças, representa um avanço na história dos surdos, ao estarem no mundo da multimídia. De outra forma, para aqueles ouvintes que se mantêm presos as suas convicções ouvintistas, vêem este processo apenas como um recurso de tornar os surdos reabilitados ao mundo dos sons, da fala, da escrita.

Observo no cotidiano do contexto educacional, colegas profissionais ouvintes presos às representações de que pela internet, laboratório de informática, será o meio de letramento dos surdos. É obvio que a internet tem sido um meio de aproximação de pessoas, de comunidades, de trocas e aquisição de conhecimentos, bem como de fronteiras e desafios nas relações sociais.

O aspecto ao qual me refiro, é que para estes profissionais está internalizado o aprendizado do português, como a principal fonte de comunicação dos surdos. Não se discute profundamente propostas de ações relacionadas às identidades culturais surdas. Continua-se no “ouvintismo camuflado”. O surdo “tem” que aprender o português, a escrever, para ser surdo ou para ser ouvinte?

Sabe-se que na internet são usadas as línguas escritas, sinalizadas ou orais. Para os surdos, esta escrita transpõe a forma de aquisição gramatical. Está diretamente ligada aos temas de interesses das visões do mundo. Esse é o diferencial.

A internet produz significado valorativo à vida dos sujeitos, seja para ouvintes quanto para os surdos. Por ela, os surdos encantam-se nas diferentes emoções que vivenciam e encontram-se no uso da língua de sinais. Mesmo que ainda o acesso a esse meio de comunicação seja restrito a poucos.

Não se pode ser ingênuo em pensar que pela internet os surdos não estão sujeitos aos mecanismos de coerção e aos "regimes de verdade" (Foucault, 1989) que são produzidos nas práticas discursivas.

A internet sendo um dos artefatos culturais é um meio de relação de poderes por onde são constituídas as auto-representações. Os sujeitos surdos reconhecem-se na cultura surda pelas interações com os outros surdos.

A mídia usa de linguagens prazerosas, convincentes para despertar nos sujeitos as ações. Ela não utiliza de violência para convencê-los, mas de sua incitação; que no caso dos surdos é fortemente marcado na sua história a proibição de comunicação pela língua de sinais.

Neste aspecto, por haverem comunicações mais efetivas entre os próprios surdos, é que os mecanismos de identidades, vão se constituindo em outros significados, como sujeitos de transformações sociais.

Suas práticas discursivas passam a ter posições de aproximação e revezes nas comunicações com os ouvintes. Vivenciam-se relações de poder. O poder pode assumir tanto aceitação quanto resistências. Esse poder está muito mais relacionado à ordem interna da ação, do governo de si, do que as estratégias de violência e confrontos.

A internet para os surdos, é também um mecanismo de poder para os surdos demonstrarem o uso da língua de sinais como força cultural que institui suas verdades. Quando faço esta reflexão, não assumo posição binária, a internet dos surdos e a dos ouvintes. Analiso as políticas de identidades que são produzidas neste jogo de linguagens e as "verdades" que decorrem destas linguagens nos sujeitos.

A internet tem o potencial extremamente significativo de promover a interação entre os seres humanos, ao permitir a criação de laços entre as pessoas, e as possibilidades de ressignificar, (des) construir esteriótipos, pre-conceitos.

No entanto, estas tecnologias sociais ao mesmo tempo em que propiciam um mundo de informações, paradoxalmente bilhões de pessoas estão a margem deste processo. E aí se visualiza um dos exemplos, que não existe o mundo da igualdade entre os sujeitos.

Os meios de comunicação evoluem diariamente, como se observa uma ferramenta tão poderosa que é a internet e as múltiplas linguagens que são produzidas no seu uso. Neste mesmo mundo, os espaços de fragmentação social do sujeito, da cultura, dos conhecimentos, compõem o jogo do poder.

A questão que se coloca, é como os sujeitos se formam, alteram e transformam os processos pelos quais são constituídos o eu de si e o outro do outro.Como se dão as relações de si e os fragmentos no outro.

Neste panorama de comunicações, observa-se que as identidades surdas vão se constituindo no cotidiano, na inserção em diferentes grupos culturais, instituições, deslocando este sujeito das representações da subordinação, posicionando-os no centro das discussões e complexas idéias sobre a ressignificação da surdez, como diferença cultural. É a condição do Ser surdo, que exige dos ouvintes mudanças na forma de compreender as características das pessoas surdas.

Este processo de mudança pressupõe a compreensão da diferença enquanto construção histórica, social, político e lingüístico, produzidas nas relações de poderes entre os sujeitos, provocando no movimento de resistência dos ouvintes o reconhecimento sobre as especificidades surdas.

Outros olhares a partir de como se pensa essa realidade surda, não como uma verdade determinada, em busca da recuperação do outro, mas as configurações sociais que são produzidas nestas relações das diferenças. É preciso uma outra ordem no pensamento, como diz Freire (1996):

> Se a estrutura do meu pensamento é a única certa, irrepreensível, não posso escutar quem pensa e elabora seu discurso de outra maneira que não a minha. Nem tão pouco escuto quem fala ou escreve fora dos padrões da

> gramática dominante. E como estar aberto às formas de ser, de pensar, de valorar, considerada por nós demasiado estranhas e exóticas de outra cultura?

E que relacionada ás pessoas surdas, os ouvintes precisam desenvolver a cultura do ver. Não significa ensurdecer-se, mas ler as imagens viso espaciais como representação de grupos da cultura surda. Estrangeiros na leitura visual, pode-se dizer dos que formatados em apenas língua oral, procuram impor uma ordem universal de linguagem; falar.

Romper com esses preceitos, é um dos significados da cultura em uma perspectiva pós-moderna. BARTHES (2004) a compreende como campo de dispersão, uma vez que as linguagens são divididas, são dilaceradas nas relações culturais, ao ser tomada como sucessivos modos de interpretar os enunciados.

Não existe uma unificação na cultura, como a pseudo idéia de uma sociedade para todos. As diferenças estão presentes nos múltiplos processos sociais, e as linguagens são as traduções destas práticas.

Para os surdos às línguas de sinais, o Ser surdo compõe-se não na uniformização de um grupo cultural, mas na bandeira da luta pela diferença. Cada sujeito está dividido em si mesmo, não há uma natureza genuína nos grupos culturais, nem tão pouco no uso das linguagens.

Desta forma, pode-se dizer que a língua de sinais para os surdos sobrepõe valores culturais, se comparada a língua portuguesa para os ouvintes. HALL (1997) chama esse momento de “unificação de identidades”, ou seja, é o espaço de surdo para surdo, para as discussões de seus interesses, das organizações políticas que os tornam em evidências nos diversos artefatos culturais. Estas situações ocorrem também entre os ouvintes. Por isso não existe uma essência, quando se diz cultura surda. E sim as marcas que o constituem nas suas diferenças.

Se a língua de sinais é um dos pressupostos da cultura surda, onde ficariam os significados do português neste ruído de linguagens?

O que se tem observado é que em suas narrativas os surdos querem aprender o português escrito, a partir dos significados culturais e sociais que esta língua representa para as suas relações sociais.

Um português de outra forma, longe das experiências mecânicas de memorização de palavras, cópias de textos sem compreensão, redução de conteúdos, captados em fragmentos sofridamente pela leitura labial. Um outro olhar sobre o português, requer novas percepções pelos professores desta língua, que tradicionalmente mantêm um português gramatical, centralizados na norma oficial e internalizados nesta formação, rejeitam "a existência de uma pluralidade de manifestações lingüísticas dentro do universo da língua portuguesa para surdos" (KARNOPP, 2002, p.56). Esse posicionamento de Karnopp, mostra a necessidade dos ouvintes pensarem a aquisição e ensino da escrita para os surdos de outro jeito nas suas práticas pedagógicas.

SOUZA (2002) propõe pensar as conversas pedagógicas como:

> conversas de vida, se pensa novos jeitos de revisitar a escola.Não falo de uma escola, mas das escolas que, ainda em suas práticas , dedicam-se a disciplinar a diferença surda, talvez não mais no seu texto, no seu regimento, no seu posto político pedagógico, mas ainda muito no olhar do professor, na sua preocupação que convoca seus alunos "a se pacificar e a se silenciar à sombra das normas do bem escrever e ler em português".

A vida dos surdos transpõe a idéia de aprender o português como prioridade. Seus diálogos ressaltam a indignação de ainda serem considerados mero repetidores de textos. Os surdos não suportam mais o texto da escola, buscando produzir idéias que representem outro lugar na sua identidade cultural.

A intencionalidade é criar, inventar, construir políticas de aproximação cultural, onde os sujeitos, sejam eles surdos ou ouvintes, se posicionem criticamente em beneficio dos seus interesses. Nesses diálogos estão implícitas as relações de poderes.

CAPÍTULO 2

Representações, discurso e as relações de poder.

O homem fora uma figura entre dois modos de ser a linguagem, as após ter sido alojado no interior da representação e como dissolvida nela, dela só se liberou despedaçando-se: o homem compôs sua própria figura nos interstícios de uma linguagem em fragmentos.
(Foucault, 2000:535)

2.1 Reflexões sobre representações

As trajetórias das discussões que permeiam os estudos pós- estruturalistas e pós- modernistas refletem os significados das múltiplas linguagens produzidas nas práticas sociais. Observa-se que as grandes narrativas, alicerces dos ideais de domínio da natureza, do mundo e da sociedade, tornaram-se desacreditadas, instáveis, à medida que seus princípios, suas promessas, suas determinações, contrapõe-se com os diferentes sistemas de representação[11] cotidianos, traduzindo em discursos das chamadas "crise de identidades", "crise da representação".

Hall (1990) argumenta que a concepção de sujeito com uma identidade unificada e estável, está fragmentada, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos inscritos em diferentes identidades e deslocados por múltiplas posições nas práticas sociais. Esse posicionamento de Hall traduz o deslocamento[12] das identidades, ou seja, o descentramento da compreensão das identidades pessoais. A idéia que tínhamos de um sujeito integrado, algo entendido como coerente e estável, é deslocada pela experiência da dúvida, da incerteza, da probabilidade, da instabilidade.

Com essa mudança na concepção de identidades, modifica-se também a concepção de sociedade. A sociedade não é como os sociólogos pensaram muitas

[11] Construções sociais e discursivas parciais e particulares dos grupos que estão em posição de dirigir o processo de representação (SILVA, 2003).
[12] Uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituída por outro, mas por "uma pluralidade de centros de poder" (LACLAU, 1990).

vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma. Ela está constantemente sendo "descentrada" ou deslocada por forças fora de si mesma. São caracterizadas pela "diferença" (LACLAU, 1990), produzida no contexto das relações sociais e culturais, constituindo-se em sistemas de representação. Ao analisar sistemas de representação, é necessário refletir a relação entre cultura e significado (HALL, 1997).

Compreender as posições de sujeito produzidas nesses sistemas, a atribuição de sentidos produzidos pelas representações, que a identidade e diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação.

Para Silva (2003) a representação é compreendida como inscrição, marco, traço significante e não como processo mental – é a face material, visível, palpável, do conhecimento. São as noções que se estabelecem nas práticas discursivas, instituindo significados segundo critérios de validade e legitimidade articulados a relações de poder. As representações não são fixas e em suas traduções não expressam aproximação a um suposto "correto", "verdadeiro", "melhor". Não se busca descrever a "verdade", mas os seus regimes. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos; é uma forma de atribuição de sentidos, constituída pelo seu sistema lingüístico e cultural e caracterizada pela indeterminação, ambigüidade, descontinuidade, instabilidade e estreitamente ligado aos sistemas de poderes, nas práticas culturais.

Observa-se que ao compreender a representação como um processo cultural é estabelecido identidades individuais e coletivas. Neste sentido, é que a identidade e a diferença se conectam ao sistema de poder. Nas práticas discursivas e nos sistemas de representação constroem-se as posições do sujeito, a partir dos quais os sujeitos podem falar bem como os sistemas simbólicos que fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?

Os estudos realizados por Hall (1997) enfocam as noções de representação, como identidade cultural, ou seja, a forma pela qual o significado é construído através da localização, do posicionamento e da disposição do discurso. Hall escreve que a forma como as coisas são representadas, não assumem mais o caráter global de homogeneidade, da cultura; e sim diferentes culturas; em que são significadas as

múltiplas formas de vida social, constituindo as perspectivas de ser, de narrar, de traduzir o mundo.

Desta forma verifica-se que as práticas discursivas, constitutivas de sistemas de poder, tem sido um dos traços significativos nos Estudos Culturais, cujas discussões inscrevem-se sobre quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar as posições de subjetividade. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência, é aquilo que somos que desejamos pertencer, irromper, transpor, mobilizar, abandonar; são os sistemas de representações, traduzidos em diferentes conflitos, contradições e tensões, as incertezas, aos questionamentos, as ordens e moldes dominantes, os signos culturais oficiais dos grupos e movimentos sociais, enunciados pelos considerados "minorias", que não se vêem representados, nos supostos grupos "majoritários".

2.2 As traduções sobre discurso e relações de poder

> *Nessa humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidas por múltiplos dispositivos de "encarceramento", objeto para discursos que são eles mesmos elementos (...) temos que ouvir o ronco surdo da batalha.*
>
> *Michel Foucault*

As relações sociais onde se produzem as representações das identidades são relações onde imperam poderes no jogo dos discursos. Foucault ensinou a ver as relações de poder como internas, comuns, misturadas na praticidade dos encontros, implicados naquilo que as coisas são, ou supostamente são. Sob esta perspectiva é que os significados – aquilo que se diz que as coisas são – não são fixos, nem naturais, nem normais, nem lógicos. Natureza, normalidade e lógica são categorias inventadas no interior de uma "ordem do discurso" que as estabeleceu arbitrariamente segundo um regime ligado a sistema de poder, escrito em uma "política geral" da identidade (FOUCAULT, 1989).

No contexto da crítica pós-estruturalista, o termo discurso é usado para enfatizar o caráter lingüístico do processo de construção do mundo social. As sociedades e

culturas em que se vive são trilhadas por poderosas ordens discursivas que regem o que deve ser dito e o que deve ser calado. Além disso, os próprios sujeitos não estão isentos dessas práticas sociais que produzem significados na constituição das suas múltiplas identidades. A linguagem, as narrativas, os textos, os discursos não são apenas descrição ou narração dos objetos, ao fazer isso eles instituem , inventam as coisas, criando identidades. Foucault argumenta que o discurso não descreve simplesmente objetos que lhes são exteriores: o discurso "fabrica" os objetos sobre os quais fala. O discurso não é um depósito de objetos previamente determinados:

> As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa "dizer alguma coisa" e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época: não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira daridade. Mas esta dificuldade não é apenas negativa; não se deve associá-la a um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidencia ou a obstinação muda das próprias coisas; o objeto não espera nos limbos a ordem que vai libertá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. (Foucault, 2004:50)

As relações discursivas não são internas ao discurso, isto é, não ligam entre si os conceitos ou as palavras, e nem são exteriores com formas dedutivas de enunciar certas coisas. São apreendidos nas práticas entre instituições, processos econômicos e sociais, produzindo formas de comportamentos, compondo sistemas de enunciados que pulsiona o aparecimento das relações discursivas naquele momento, para que certo campo de objetos se constitua para um saber, definir sua diferença, sua irredutibilidade, podendo desta forma ser nomeados, designados, nas práticas discursivas[13].

[13] É um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. (Foucault, 2004).

De acordo com Foucault (2004:55), os discursos são eles próprios "práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam", ao aparecerem em formações sociais mais amplas – *epistemes* – e em espaços e usos locais, os discursos definem, constroem e posicionam os sujeitos. É assim, tanto pelo que diz, como pelo que limita ou exclui que os discursos revelam os processos sociais de constituição e interpretação dos seus significados, das posições enunciativas dos sujeitos com as estruturas de poder e os mecanismos de controle social. O autor ao se referir em posições enunciativas, descreve os enunciados não como uma tradução pelo sistema gramatical ou lógica, nem como uma frase, uma proposição ou ato de fala. Mas as condições, os regimes discursivos, nas quais se produziu a função que deu a uma série de signos o seu aparecimento, relacionados com um domínio de objetos; os enunciados inscrevem-se na formação discursiva, são de natureza histórica, têm na história suas condições de emergência, se coloca em campos de utilização, como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõe e recompõe, eventualmente destroem (FOUCAULT, 2004).

Deste modo, o autor atribui um sentido pleno à definição de discurso como o conjunto de enunciados com base na formação discursiva. Esses enunciados estão são definidos em um determinado quadro de condições de existência, desconstruindo a função essencialista do sujeito. O discurso assim compreendido compõe-se em um campo de traduções para as diversas posições de sujeito, onde podem ser conduzidos os deslocamentos dos sujeitos nas práticas sociais. Trata-se, assim de um sujeito que se constitui no interior da história e que está, inexoravelmente, conectado a ela (VEIGA - NETO, 1999), cujas identidades tornam-se uma "celebração móvel": dispersa descontínua, transformadas continuamente por múltiplas representações, nos sistemas culturais que os rodeiam. Esses sistemas, pelos quais se traduzem, tratam, agem, significam as materialidades discursivas e neles se instituem "verdades". Aquilo que se chama de verdade é produzido na forma de discursos sobre as coisas do mundo, segundo "regimes de verdade". (FOUCAULT, 2004,p.21). Ainda para este o autor, ele descreve a verdade como:

> A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados

> de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (p.12).

A verdade ou as verdades são coisas deste mundo, não está no etéreo, não é uma coisa a ser descoberta, desvelada, são constituídas na fissura das relações de forças e de jogos de poder.

> Poder é gerir a vida dos homens, controla-los em suas ações para que seja possível e viável utiliza-los ao máximo, aproveitando ao máximo suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e constituído de suas capacidades. (FOUCAULT, 1990)

O poder se manifesta em todas as relações, como uma ação sobre as outras ações possíveis, cujas resistências partem deste mesmo domínio social. Não representa uma negatividade, dissimulação, que vem de única fonte, e sim um poder produtivo, pulverizado, potencializado em uma "vontade de saber" que é também "vontade de poder". O fundamental da análise é compreender que há uma implicação mútua entre saber e poder: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, do mesmo tempo, um lugar de formação de saber (FOUCAULT, 2004).

Nesta perspectiva é reconhecida a centralidade da linguagem nos processos de objetivação que constituem a base da sociedade. Entende-se que não existem relações sociais fora do poder, que toda realidade social é entrelaçada de poderes e saberes. O poder se estabelece através dos discursos e estes interferem na constituição das subjetividades.

Assim, as diferentes textualidades traduzidas pelos discursos instituem "verdades" nas sociedades, por onde são geridas as relações de poderes nos sujeitos, pulsionando-os em diferentes direções, cujo domínio social ele inscreve-se.

CAPÍTULO 3

Língua Portuguesa para surdos: atribuição de sentidos

3.1 Introduzindo a análise

As bases conceituais apresentadas no capítulo anterior procuraram mostrar como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos constituídos na multiplicidade de vozes, dizeres, no jogo dos enunciados, das possibilidades marcadas por relações de poderes. Nestas caracterizações das relações de poderes é que estão implicadas as relações de sentido, os significados dos discursos, pelos quais são instituídas "verdades" nas práticas sociais.

Neste aspecto, uma das "verdades" atribuídas às pessoas surdas brasileiras pelos discursos oficiais é o aprendizado da língua portuguesa, como segunda língua, sendo a Língua Brasileira de Sinais como a primeira. Este discurso inscreve-se nas discussões das diferentes representações e fragilizações em que está posta a proposta bilíngüe para as comunidades surdas. Fragilizações estão sendo consideradas no sentido das nuances, dos fragmentos de significados reducionistas em que os discursos normativos privilegiam a língua portuguesa como majoritária, sendo o uso da língua de sinais, o suporte imprescindível para a aquisição da língua padrão.

Tem-se observado que por um lado, o bilingüismo ressignifica o princípio da construção de identidade surda, ampliando seu universo cultural, social, lingüístico e político. Nele, o reconhecimento político da surdez é entendido como diferença, não é um dispositivo pedagógico "especial" (SKLIAR, 1997). Bilingüismo não é um método pedagógico, nem técnica de reabilitação oral, para fazer o surdo falar e ler os lábios, que permitirá o acesso à linguagem. Refere-se ao uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais. No caso dos surdos brasileiros, a Língua Brasileira de Sinais como a primeira língua e o português como segunda língua (QUADROS, 2004).

Por outro lado, sabe-se que os surdos enfrentam muitos desafios para aprender a ler, não por serem incapazes, mas pelo desconhecimento de práticas pedagógicas que correspondam a um aprendizado efetivo.

Essa situação é argumentada por WILBUR (2000) ao dizer:

> São vários os problemas que os surdos enfrentam durante o processo de aquisição de leitura: habilidades lingüísticas inadequadas, em razão do reduzido imput lingüístico; metodologias de ensino inadequadas, por causa das dificuldades de comunicação; focalização pelos professores na estrutura da sentença em detrimento dos aspectos do uso da linguagem, como por exemplo, a realização de inferências, a estrutura do parágrafo e da história, e a conversação como transmissão de informação seqüenciada. O autor também salienta que estudantes surdos são ensinados a supergeneralizar incorretamente as estratégias de leitura, as quais, em geral, estão baseadas na familiaridade com sentenças que possuem a estrutura sujeito-verbo e objeto direto.

Estes problemas de aprendizado de leitura e escrita pelos surdos também são analisados por outro autor PAUL (1998) apresenta em seus estudos que muitas vezes os surdos chegam na escola sem conhecer nenhuma língua convencional,ao mencionar que este é o "verdadeiro motor da comunicação verbal".

Conforme pesquisas realizadas sobre a educação de surdos no Brasil, esse fato é uma constatação. Muitos surdos não conhecem a estrutura da língua de sinais, nem a da língua portuguesa. E são obrigados a desenvolverem suas práticas educacionais, pela língua escrita como forma social de comunicação. O império da língua oral é governado por um outro discurso, a permissão do uso da língua de sinais.

As pesquisas de LIBRAS da FENEIS, apud Dias & Strobel (1995) ressaltam a importância da língua de sinais ao dizer que:

> LIBRAS é capaz de expressar idéias sutis, complexas e abstratas. Os seus usuários podem discutir filosofia, literatura ou política, além de esportes, empregos, moda, etc. A LIBRAS pode expressar poesia e humor. Como outras línguas, LIBRAS aumenta o vocabulário com novos sinais introduzidos pela comunidade surda em resposta da mudança cultural e técnica.

Mas o ensino da língua portuguesa para os surdos, sempre foi a língua de instrução no seu processo educacional, mesmo que estes não a dominassem, por não se tratar de sua língua "materna".Nas conversas pedagógicas, sobretudo nas escolas de surdos e gradativamente nos espaços das escolas de ouvintes,onde os surdos estão "inclusos", vem ganhando presença como tema central das discussões.Discussões pautadas nas representações do insucesso, do erro, da dificuldade, da falta.

A não consideração da função da língua "materna" produz nas práticas pedagógicas com surdos, a descontextualização do aprendizado da segunda língua e a não valoração da aquisição da língua de sinais, negando sua importância e significados.

Lebedeff (2006) exemplifica essa situação, em que muitos casos, a língua escrita tem sido apresentada à criança surda de uma maneira descontextualizada e, pior, como um pidgin escrito ou um arremedo de língua brasileira de sinais (libras) em português escrito. Essa constatação gera aos surdos a atribuição de estigmas de serem considerados maus leitores e escritores.

Svartholm (1998), a respeito das dificuldades apresentadas pelos surdos para a escrita em língua portuguesa, esclarece que:

> o aprendiz de segunda língua utiliza as informações disponíveis sobre a nova língua, faz generalizações e outras simplificações com base nessas informações e elabora internamente hipóteses mentais sobre a língua. O resultado disso freqüentemente foge aos padrões do sistema lingüístico em questão, mas, no entanto, é o resultado de um recurso ativo e criativo de aquisição de língua.

Estudos sobre aquisição de segunda língua, já mostraram, que as metodologias de trabalhos no processo educacional com os surdos, são inapropriadas, fundamentadas em modelos de ouvintes. E o que é mais agravante, é que também são poucas as iniciativas de profissionais que trabalham com surdos, em aprofundar este campo do conhecimento, sobre a aquisição e ensino das línguas.

De acordo com Skliar (2000), a experiência prévia com a primeira língua contribui para a aquisição da segunda, dando à criança as ferramentas heurísticas necessárias para a busca e a organização dos dados lingüísticos e o conhecimento

geral e específico da linguagem. Para ele, a introdução da segunda língua, através da língua natural da criança, assegura-lhe o domínio de ambas.

Faz-se necessário focalizar o aprendizado da língua de sinais, a partir do ser surdo, das experiências visuais. Quais estratégias estão sendo utilizadas pelos professores surdos e ouvintes, neste processo de aquisição destas línguas?

Paul (1998) chama a atenção para perceber em que concepção de surdez estão subjacentes as pesquisas que tratam do aprendizado de ler e escrever. Estas aquisições, construções, se dão de forma própria, subjetiva, pessoal. E o autor ainda critica que muitas das pesquisas comparam o processo de aprendizado da leitura dos surdos a partir das leituras dos ouvintes. Nessas comparações corre-se o risco de produzir verdades lingüísticas aos surdos, tendo como pressupostos experiências orais e não as de campo visual.

Neste sentido, os processos de aprendizados de leitura e escrita dos surdos tem sido motivo de estudos por diferentes pesquisadores. Para Paden e Pamsey (1993) devem ser considerados dois fatores neste processo: um diz respeito à história da escrita e o outro o que representa a aprendizagem da língua oral para as pessoas surdas. Este último corresponde ao foco de estudo desta pesquisa.

Pesquisar sobre os significados das duas línguas para os surdos, a de sinais e a leitura e escrita, representam ampliar as idéias sobre bilingüismo, que por alguns ainda se encontram em conceitos conservadores de usar duas línguas.

Com a perspectiva bilíngüe, há um novo olhar sobre a surdez, ao reconhecer o desenvolvimento da comunicação dos surdos nas duas línguas. Os surdos se vêem como uma diferença, como participantes no processo de reivindicar seus direitos de ocuparem seus espaços a partir da sua identidade cultural. (QUADROS, 2004)

Sendo assim, é fundamental insistir que aos surdos seja garantido um *input* lingüístico compreensível em língua portuguesa, assim como sejam oportunizados momentos significativos de produção textual, a fim de que essa língua possa ser aprendida de forma eficiente, reduzindo as considerações feitas pelos ouvintes acerca dos *déficits* lingüísticos apresentados pelos surdos em suas produções escritas.

Neste contexto, as pesquisas realizadas por diversos autores (ANDERSON, 1994; AHLGREN, 1994; FERREIRA BRITO, 1993; BERENT, 1996; QUADROS, 1997; entre outros) têm procurado investigar o processo de aquisição de segunda língua pelos surdos, apresentando alguns aspectos fundamentais: a) o processamento cognitivo espacial especializado dos surdos; b) o potencial das relações visuais estabelecidas pelos surdos; c) a possibilidade de transferência da língua de sinais para o português; d) as diferenças nas modalidades das línguas no processo educacional; e) as diferenças dos papéis sociais e acadêmicos cumpridos por cada língua; f) as diferenças entre as relações que a comunidade surda estabelece com a escrita tendo em vista sua cultura; g) um sistema de escrita das línguas de sinais; e h) a existência do alfabeto manual que representa uma relação visual com as letras usadas na escrita do português.

Neste panorama dos vieses em que está circunscrita a língua portuguesa para surdos, discutimos as representações sociais e culturais das línguas, no que se refere a identidade cultural dos surdos, ou seja, as relações e as fronteiras discursivas sobre o português na constituição do ser surdo.

3.2 Análise das narrativas: atribuição de sentidos para a língua portuguesa

Tenho observado, nas minhas práticas sociais com surdos adolescentes, jovens e adultos, alguns considerados não letrados em língua portuguesa e outros que já estão em contexto universitário, em diferentes níveis de formação, usuários da língua de sinais e do português escrito. A atribuição de sentidos que os surdos estão dando a aquisição de celulares e computadores "acessar internet", para estabelecerem suas comunicações por imagens e pela escrita, conforme mencionamos anteriormente.

Para os surdos, esta aquisição tecnológica não significa apenas o "ser moderno", o status social, adquirir informações sobre o mundo. Compõe-se na aproximação com o outro, trocas de comunicação, com características próprias das suas identidades culturais; no ser surdo, tomando a perspectiva visual como elemento organizador do pensamento e da linguagem. Essa significação a partir da perspectiva visual é de fundamental importância porque o uso do português escrito para os surdos

assume uma função de intercâmbio cultural, entre surdos e ouvintes, quando vivenciam o português em suas práticas discursivas. Diferente dos discursos oficiais, os quais propõem a aquisição do português para os surdos, como língua oficial, inclusive a língua falada; porém significadas a partir da perspectiva somente do ouvinte.

Os surdos não querem e tem se mostrado resistentes em não mais se tornarem reféns dos ouvintes, ao aprenderem à língua portuguesa baseada em metodologias de comunicação oral. Não são dicionários ambulantes, cuja ordem sempre foi de registrar palavras sem sentido, sobretudo de forma isolada do texto.

Há necessidade de mudar estes olhares sobre a aquisição de línguas pelos surdos, bem como os significados da língua de sinais. Não é apenas usar a língua de sinais, mas o desenvolvimento da fluência nesta língua, conhecendo as suas implicações e os processos que envolvem no ler e escrever.

As pesquisas realizadas por MUSSELMAN (2000) destacam existirem evidências de que o conhecimento de leitura e escrita numa primeira língua se transfira numa segunda língua. Nesse posicionamento não há indícios que haja migração de habilidades interpessoais entre uma língua e outra. Existe sim, uma possibilidade de correlações entre a língua de sinais e a língua escrita.

Essas argumentações sugerem compreender que no processo de aquisição e ensino de línguas, o sujeito surdo faz a diferença no que se refere às estratégias utilizadas. Reconhece-se que existem profissionais ouvintes fluentes em língua de sinais, mas o que está em jogo são o cadenciamento e o deslocamento dessa fluência neste aprendizado.

O artigo escrito por Lebedeff (2006) sobre as estratégias e recursos “surdos” utilizados por uma professora surda para o ensino da língua escrita, apresentam os seguintes aspectos: a) soletração em alfabeto digital, onde a professora surda usa de forma mais intensiva que a professora ouvinte, constituindo uma estrutura de desencadeamento SINAL - PALVRA IMPRESSA - SOLETRAÇÃO; b) sanduíche: onde são inseridas nestas estrutura a soletração, compondo a seguinte ordem SINAL _ SOLETRAÇÃO _ SINAL; c) ”Ataque as palavras”x”busca de significados”, ou seja a criança compreende o texto como unidade e não a compreensão de cada palavra isolada; d) ajustes relativos aos aspectos semânticos e sintáticos semânticos, para

mostrar que existem regras diferentes no aprendizado de língua de sinais e da língua escrita.

Neste sentido ao se falar de uma língua, deve-se levar em consideração a materialidade em que ela se compõe, os sistemas culturais que as produzem, os significados lingüísticos que as constituem aos sujeitos que dela faz uso.

No relato de uma das participantes da pesquisa, quando perguntado sobre em quais das línguas iniciou seu processo de comunicação, esta narra o seguinte texto:

> - O meu primeiro contato foi com a língua portuguesa quando eu tinha dois anos, através da terapeuta da fala (naquele tempo não tinha fonoaudiólogo) e comecei a aprender a ler, escrever e falar. A minha mãe, inicialmente como todas as mães, ficou triste; mas foi incentivada pelo meu pediatra que acreditava na capacidade de oralização e indicou escolas para estudar e comecei aos seis anos numa escola mista.

Observa-se que em sua maioria, os surdos, crescem em famílias de pais que falam e ouvem o português e não adquirem esta língua, mesmo estando imersos[14]. A diferença na modalidade da língua e do acesso a ela implica diferença na forma de aquisição dessa língua. Para os surdos, seu processo de percepção do mundo é o visual-espacial e a língua de sinais é visual-espacial; diferente do português que se caracteriza por ser modalidade oral-auditiva. A escuta das palavras do português não é percebida pelos surdos, suas proposições, argumentações, interpretações da realidade não são geridas nesta língua. Isto não implica em um mundo de silêncio, de isolamento, de não comunicação, de incapacidade, pois a significação das idéias sobre o mundo, sobre suas práticas sociais, é produzida pela língua de sinais.

Estas observações estão traduzidas na textualidade da oficialização da língua brasileira de sinais, a qual nas entrelinhas e nas práticas sociais das escolas de surdos e de alguns profissionais fonoaudiólogos, compreendem o uso da língua de sinais como apoio para aprender o português, legitimando a incursão de práticas terapêuticas às pessoas surdas, ainda cristalizadas no contexto histórico da Educação Especial.

---

[14] Vale destacar que "imerso" aqui se refere a estar junto e convencionado com pessoas falantes da língua portuguesa. Isso não significa que no caso desses surdos, eles tenham "acesso" real à língua portuguesa, pois por ser uma língua oral-auditiva, não há imersão no sentido de estar em contato

Narrativas como: ... "*me abriu vários horizontes! LIBRAS é mais fácil! Mais importante é mostrar imagens, expressões faciais, explicar com sentimentos e emoções*." Possibilitam aos surdos a construírem sua identidade, no seu ato de aprender e constituírem-se sujeitos multiculturais. São expressões fortemente marcadas em nossos primeiros encontros virtuais, mesmo que o foco do discurso seja sobre os significados do português, focalizam o valor da língua de sinais.

No que se refere ao aprender o português escrito, atribuem dificuldades para sua aquisição, por se tratar de uma língua diferente do seu processo de comunicação, apontando aspectos significativos para seu uso em práticas sociais específicas como leitura de legendas, livros, filmes, acesso ao conhecimento, identificar pessoas e o reconhecimento que os objetos têm nomes.

Uma das participantes relata o momento em que descobriu que: "*as pessoas têm um nome, e ela também tinha o seu".* Essa descoberta representou processo de encontro com o outro, não à outra imagem externa, mas o outro de si. Mas ela própria manifesta, os rastros traumatizantes do começo de seu letramento, em que através de jornais e revistas, olhava, olhava muitas palavras, mas não compreendia os seus significados.

É neste contexto de aproximação e distanciamento das diferenças que existem no processo de construção sociolingüística entre surdos e ouvintes que são produzidos discursos nos meios sociais ouvintes, atribuindo aos surdos as representações do ser ouvinte, ser normal, ser perfeito, ser falante, ser incluído no mundo social. Behares (1997, p.43) relata um dos traços mais significativos quando se vivencia um ambiente em que existem as quebras discursivas entre surdos e ouvintes:

> Quando os falantes não sabem a mesma língua e, segundo o imaginário, se obstrui todo livre fluir do interjogo discursivo de abrir e fechar polissemias ao longo do diálogo, gera-se quebras. Quebras no sentido de que sobre o mal entendido inerente a opacidade da linguagem se entrecruza outro mal-entendido que se ancora na impossibilidade de manter a ilusão de que se está falando e escutando o mesmo, de que cada um é dono do que diz e de que compreende ao outro ao mesmo tempo em que é compreendido. Dessa forma se produzem dois diálogos sem pontos de ligações possíveis, mas pontos de fuga nos qual a interpretação do outro dialógico que escuta

---

sistemático com a língua. Tanto é verdade que os surdos não adquirem a língua portuguesa espontaneamente simplesmente por conviverem com pessoas falantes de português.

> não toca com os marcos interpretativos do que fala gerando uma deriva interpretativa na qual não é possível levar o outro em conta.

As representações constituídas nestas práticas discursivas dissimulam a existência do outro, posicionando-o como inferior, subalterno, produzidos pelas relações de poderes entre os sujeitos. Uma dessas marcas de poder, observei nas informantes quando em nosso primeiro encontro no Chat, perguntaram se eu estaria analisando a escrita correta do português, ou se poderiam digitar como de forma cotidiana.Esse questionamento, traduziu em suas constituições imagens significadas pela correção, pela normalização, de corresponder aos padrões exigidos pela norma "culta".

È necessário comecem a ressignificar sua história, múltiplos olhares sobre a surdez e também sobre o Ser surdo. Sá (2006) enfatiza as importâncias da comunidade surda, ao assumir suas identidades culturais e argumenta:

> ... questionar seu presente, exigindo os direitos que são fundamentais para qualquer cidadão. Devem e podem fazê-lo analisando as pressões e os impedimentos, desvendando as relações de poder, mas também descobrindo as possibilidades de um futuro mais digno, embora tão atrasado. É tempo de os surdos se envolverem de forma ativa e criativa no debate cultural e educacional sobre a educação de surdos. Este debate tem que ser ressuscitado, revigorado, redimensionado, reavaliado.

O aspecto central destas discussões é compreender por onde são constituídas as tramas discursivas da cultura surda. Tirá-los do âmbito das perspectivas médicas, terapêuticas, assistencialistas, caritativas, etc., que, historicamente, têm predominado, para tratá-los como uma questão cultural, social, histórica, política (SILVA, 1997, p. 4).

Observa-se que outra representação que veicula nas políticas lingüísticas para educação dos surdos é o caráter instrumental da língua de sinais, ou seja, compreendida como suporte para o aprendizado do português. As línguas que fazem parte da vida dos surdos na sociedade apresentam papéis e representações diferenciadas, próprias das suas identidades culturais. Porém, são fortes as narrativas aplicadas aos surdos em que o português deveria ser a única língua a ser adquirida. Como apontado por Quadros (2005), está instaurada uma falsa verdade de que no

Brasil todo falante adquire a Língua Portuguesa como primeira (L1). Ignora-se a existência de falantes de famílias imigrantes; as línguas dos povos indígenas e os que usam a língua de sinais; ao invés de utilizar uma política lingüística "aditiva" (no sentido de CUMMINS, 2003) [15]. Esta política lingüística amplia as relações culturais, traduz o acesso a diferentes conhecimentos, mobiliza as múltiplas identidades nas formações discursivas, aproxima meios sociais, oportuniza o interagir com o outro.

A partir destas implicações, a língua portuguesa para os surdos compõe-se no discurso, em que a língua oral oficial do seu país, é a melhor, necessária, superior as línguas de sinais. Esse posicionamento de uma possível eliminação das línguas de sinais irrompeu a aparente neutralidade das comunidades surdas, produzindo representações de resistências ao aprender o português e gerou nos movimentos surdos, a luta incansável para o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, em seu processo de comunicação.

Neste processo discursivo, de jogo de poder entre os espaços, aos lugares das línguas, observa-se um movimento de tensão e conflitos, de relações de forças, cujas posições discursivas, se cruzam, significando uma pluralidade de vozes, que constituem o Outro. O Outro do deslocamento, da travessia, da diferença, em constante instabilidade e transformação. Nessas posições de subjetividades, o lugar onde o mesmo e o diferente coabitam de maneira a não podermos captar a não ser momentos de identificação.

Quando uma das surdas relata que estar na Universidade de ouvintes é*: "mostrar que os surdos querem fazer parte do mundo das pesquisas, para ajudar outros surdos e principalmente que as crianças surdas não sofram os mesmos problemas que eles tiveram na sua história de vida"; é reconhecer que* estes enunciados dos surdos denunciam a importância de como entender o outro e ser entendido por ele ao invés de engessar as possibilidades de manifestação cultural da diferença.

[15] Cummins (2003) apresenta uma proposta de educação bilíngüe (espanhol e inglês) no contexto americano que possibilite uma política de adição de línguas, ou seja, adquirir mais línguas é visto positivamente com base em dados científicos. Os alunos que crescem bilíngües apresentam melhor desempenho escolar e maior flexibilidade em termos culturais, sociais e lingüísticos (ver Quadros, 2005 para uma análise dessa proposição no campo da educação de surdos).

No caso dos surdos, há uma identificação de uma cultura e identidades surdas, a partir do encontro surdo-surdo. Como diz Perlin (1998,p.54), este encontro representa o encontro com o mundo:

> É uma identidade subordinada com o semelhante surdo, como muitos surdos narram. Ela se parece a um imã para a questão de identidades cruzadas. Esse fato é citado pelos surdos e particularmente sinalizado por uma mulher surda de 25 anos: aquilo no momento de meu encontro com os outros surdos era o igual que eu queria, tinha a comunicação que eu queria. Aquilo que identificavam eles identificava a mim também e fazia ser eu mesma, igual. O encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda, é como abrir o baú que guarda os adornos que faltam ao personagem.

Mas também existem surdos que se narram como sendo ouvintes por estarem mais próximo das representações do corpo normalizado, estabelecido socialmente; pelos estigmas que as marcas explícitas da diferença (a língua de sinais por exemplo) produzem no grupo social, ou ainda, refugiam-se, na normalidade ouvinte, da exclusão de seu próprio grupo (FERNANDES, 2003).

Perlin critica a influência do poder ouvintista que prejudica a construção da identidade Surda: É evidente que as identidades surdas assumem formas multifacetadas em vista das fragmentações a que estão sujeitas, face à presença do poder ouvintista que lhes impõem regras, inclusive, encontrando no estereótipo surdo uma resposta para a negação da representação da identidade surda ao sujeito surdo.

Desta forma, as identidades e a diferença são constituídas em práticas sociais imersas em relações de poder, cujas marcas de sua visualização são traduzidas pela incompletude, instabilidade, fragmentação, multiplicidade. A multiplicidade estimula a diferença que não se inscreve como idêntico. José Luis Pardo explica esse posicionamento relatando:

> Respeitar a diferença não pode significar "deixar que o outro seja como eu sou" ou "deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente (do outro)", mas deixar que o outro seja como eu não sou, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu, significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença da identidade, deixar "relativamente ao mesmo", mas que é absolutamente diferente, sem relações alguma com a identidade ou com a mesmidade.

Assim, tem-se observado nas narrativas surdas os significados das línguas de sinais, no encontro com outras possibilidades de identidades surdas, os quais transpõem a sua constituição, nas práticas sociais da diferença. Essas narrativas não são fixas e estáveis, suas interpelações, são representadas pelos discursos do ser surdo. Surgem às indignações, os revezes, contraditórios aos discursos impostos pelos ouvintes. As representações, os sentidos do português escrito para os surdos passam a ser narrados por práticas discursivas virtuais, significadas a partir das línguas de sinais, desconstruindo "verdades" da língua oral oficial, nos vieses que se entrecruzam as políticas das diferenças lingüísticas para surdos e ouvintes.

Desconstruir "verdades" sobre o outro, compreender a linguagem enquanto identificação possibilita transpor novos olhares sobre a cultura que a identifica. Esta marca de identidade cultural surda é o que está em jogo nas práticas discursivas surdas. Como diz Miranda (2001,p.218):

> Considerando que a cultura surda mostra uma nostalgia curiosa em relação a uma "comunidade imaginária" e que é barbaramente ou profundamente transformada, senão destruída no contato com a cultura hegemônica, ela age como reguladora da formação da identidade surda, que se reaviva novamente no encontro surdo-surdo. Este encontro é um elemento chave para o modo de produção cultural ou de identidade, pois implica num impacto na "vida interior", e lembra da centralidade da cultura na construção da subjetividade do sujeito surdo e na construção da identidade como pessoa e como agente pessoal.).

Esta narrativa de Miranda leva-nos a compreender a diferença do ser. Que a herança cultural dos surdos, é a língua de sinais, afirmando-se os avanços no campo da educação de surdos, bem como os avanços lingüísticos e sócio-culturais.

3.2.1 Letramento

Foram as palavras, pois que desestruturaram a linguagem. E não eu.
(Manoel de Barros)

A construção da escrita pelos surdos tem sido alvo de constantes discussões, em diferentes perspectivas teóricas – metodológicas e pontos de vista, pairando sob a questão da alfabetização e letramento.

Historicamente o conceito de alfabetização diz respeito ao domínio da leitura e escrita, pelo acesso e conhecimento do código escrito. O letramento preocupa – se com o uso e função da escrita no contexto das práticas sociais, principalmente no momento atual diante das novas tecnologias e discussões sobre a indusão social das minorias.

O letramento é uma terminologia que vem ganhando espaço nos estudos de especialistas, ressignificando a concepção de leitura, ou seja, ler é prazer, é encantamento, é comunicação, é a língua viva, presente no cotidiano da sociedade. Ler envolve muito mais que habilidades de codificar e decodificar letras, sons, sílabas e palavras.

Letramento é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e freqüente da leitura e da escrita, e que, ao tornar-se letrado, muda seu lugar social, seu modo de viver em sociedade, sua inserção na cultura (SOARES, 2003).

..."*Estou feliz, pois a leitura pelas mãos, me possibilita ser eu mesma*". Esse posicionamento de uma das informantes da pesquisa demonstra que seu processo de letramento se dá pelo uso da língua de sinais, como a língua que organiza o seu pensamento; dando-lhe condições de leitura do mundo. Ler pelas mãos, refere-se a que o outro a veja na sua diferença de comunicação. Que as representações que atravessam o mundo social sobre ser falante, rompam com as idéias sobre os surdos como "mudos" e "desajustados".

Como afirma Guareschi (1997, p.20),

> a dimensão cognitiva,afetiva e social estão presentes na própria noção de representações sociais(...)O modo mesmo da sua produção se encontra nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais.È quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança

histórico social de suas sociedades, que as representações sociais são formadas.

Desenhos, imagens, sinais, símbolos, palavras, textos, composições para os surdos, transpõem as idéias de memórias sem significados, tomam lugar da descoberta, das possibilidades, das inquietações, das indignações, da participação, da (dês) construção das situações homogeneizadas, abrindo-se seus olhares a outros, diferentes e múltiplos processos de aquisição de conhecimentos.

Nas crianças surdas, o letramento enquanto processo só faz sentido se sua significação for através da língua de sinais brasileira; iniciando sua imersão desde a mais tenra idade. Imersão compreendida como espaço de aquisição de língua, cujos pais saibam da importância para o desenvolvimento psico-social do seu filho e a sociedade a reconheça como diferença lingüística. Neste reconhecimento, implicam as interações efetivas entre os surdos nas suas vivências e no processo educacional, como referencial do aprendizado da sua própria língua.

Não podemos comparar o poder entre uma língua de sinais e uma língua oral, isto os estudos lingüísticos já mostraram que a oral é a da maioria ouvinte. Porém é necessário dizer que a maioria surda usuária da língua de sinais, reconhecem o ler e escrever como condição de aquisição de conhecimentos, participação social. Através do uso, do desenvolvimento lingüístico da LIBRAS, os surdos adquirem conhecimentos para aprenderem outras línguas..

..."*Desde pequena minha mãe sempre me deu gibis, livros de historinhas, e todos os dias eu "lia", "memorizava palavras" e a partir da escola, copiava muitas palavras e textos, mas muitas coisas eu não entendia nada".* Esse relato mostra que a participante desenvolveu-se em um processo de alfabetização, que é uma atividade específica do letramento.

O letramento amplia essa prática rompendo com conceitos enraizados do que é ler e escrever. Deve-se considerar o processo de letramento a partir das condições materiais, culturais e históricas em que ocorre a leitura e escrita. É fundamental que a escola se preocupe em como, onde, por que e para quem o letramento é transmitido, da atribuição dos significados e dos usos que dele são feitos. A escrita deve ser

compreendida e pensada segundo os usos, as necessidades e particularidades de cada grupo social.

...”*Nós surdos queremos registrar nossos pensamentos, idéias, sentimentos, interesses*”, neste enunciado da participante que faz mestrado, observa-se que o escrever, aprender a língua portuguesa, assume uma posição de autonomia, de acesso à cultura do ouvinte, como também mecanismo de poder para traduzir as necessidades e especificidades da cultura surda. Considerando que o poder dos surdos em que suas histórias sejam registradas e legitimados pela língua visual espacial é muito recente e necessita de muitas pesquisas.

Os encaminhamentos metodológicos no contexto educacional ouvinte pressupõem a oralidade como requisito fundamental no domínio da escrita, num processo de relação entre fonemas (sons) e grafemas (unidade formal mínima da escrita, no sentido mais restrito, as letras).

Os surdos ficam fora desse contexto, com mais um agravante, ou seja, a grande maioria dos surdos chegam a escola sem conhecer a sua 1ª língua, a língua de sinais brasileira, através da qual desenvolvem a linguagem plena.

Pesquisas demonstram que somente 10% dos surdos adquirem sua língua num ambiente natural tal como os ouvintes, ou seja, no ambiente familiar. Conclui – se então que 90% dos surdos chegam à escola sem conhecimento da sua própria língua e terão que aprender o português. Se só aprendemos uma 2ª língua se tivermos uma base lingüística, consolidada pela primeira língua, o professor terá um duplo papel, o trabalho com a língua de sinais (L1) e com a língua portuguesa (L2).

Esse ensino do português logicamente será diferenciado para os surdos, pois enquanto os ouvintes têm experiências auditivas e visuais, os surdos têm as visuais-espaciais. É através dessas experiências visuais com seus pares, que os surdos adquirem a sua primeira língua, e a segunda língua, no nosso caso o português, será significada através da escrita.

No entanto, atualmente a aquisição do português escrito por crianças surdas ainda é baseada no ensino de português para crianças ouvintes que adquirem o português falado. As crianças surdas são colocadas em contato com a escrita do

português, para serem alfabetizadas em português, segundo os mesmos passos e materiais utilizados nas escolas com as crianças falantes de português.

Este pressuposto da oralidade para as crianças ouvintes, coloca as crianças surdas em desvantagens em seu processo de aquisição da escrita do português. A escrita constitui-se em um sistema de representação cujo princípio organizador seria o de sistematizar as propriedades da língua oral. Para as crianças ouvintes, que pensam e se comunicam por meio da fala, tais propriedades são fonéticas e, assim, elas têm relativa facilidade em aprender a ler e escrever uma escrita alfabética, já que esta, por natureza, tem referência nas formas faladas da língua (os fonemas). Já para as crianças surdas, a reflexão deve tomar outro rumo, desvinculado das relações inerentes entre letras/sons (CAPOVILLA, 1999).

Estudos constatam que mesmo depois de pessoas surdas terem passado longo período de escolarização, apresentam dificuldades na leitura e na escrita. As limitações não são exclusivas das experiências escolares de surdos, nem inerentes à condição de surdez: o problema está nas mediações sociais dessa aprendizagem, mais especificamente, nas práticas pedagógicas que fracassam também na alfabetização de ouvintes. O aluno surdo enfrenta complexas demandas adicionais, por apresentar uso restrito da língua implicada de leitura e escrita.

Fernandes (1998) relata que o aprendizado da Língua Portuguesa para o surdo se realiza como de uma língua estrangeira, pois deve acontecer em ambiente artificial e através de aquisição sistematizada com metodologias próprias para o ensino de segunda língua. Outra questão, é que devido a limitação biológica, no processo de aquisição de uma língua estrangeira serão reforçadas de maneira negativa em sua estrutura gramatical, ocorrendo na maioria das vezes o fracasso escolar com o surdo que não possui a sua primeira língua.

Mesmo com os avanços sobre o processo de letramento, observa-se ainda que dentre as finalidades do processo do ensino da Língua Portuguesa nas escolas o que ocorre em geral é que o ensino do Português está condicionado ao conhecimento da gramática. Levando o aluno ao conhecimento de regras ou normas da língua e melhor desempenho de seu padrão culto, pois se associa a idéia de saber escrever bem, para um bom desenvolvimento profissional ou social, como ser aprovado em

concursos e vencer na vida ou expressar-se corretamente e ser bem aceito na sociedade, reforçando assim o mito de que a língua normativa é instrumento de ascensão social.

Muito se ouve nas escolas que os surdos não gostam do português, não querem aprender português; sim é verdade. Em suas narrativas, observa-se que não querem escrever a escrita da escola, que em sua maioria significada no modelo oral; por outro lado relatam inúmeras experiências de letramento em seu cotidiano, o surdo quer e sabe escrever uma escrita diferente da escola.

E esse discurso chega às universidades pelos surdos que estão fazendo seus estudos em diferentes níveis; os quais trazem em suas histórias um outro diálogo, não mais o de "traumas educacionais", mas o de possibilidades de aprendizagens. Nestas possibilidades estão envolvidas critérios de exigências para os seus aprendizados.

Karnopp (2004) em seus estudos observou algumas sinalizações dos surdos que freqüentam estudos universitários: precisam de intérpretes no dia do vestibular; que todas as disciplinas tenham intérpretes suficientes; amigos ouvintes para troca de informações, de idéias; apoio dos professores marcando um dia para aula extra, caso seja necessário; amigos surdos unidos para que haja acesso á comunicação e conhecimentos; ter um amigo ouvinte para ajudar na sala de aula, anotando a fala do professor no caderno; os professores disponibilizar seus e-mails; ter disciplina de cultura surda; ter curso de LIBRAS para os ouvintes comunicarem-se com os surdos; ter sala de apoio ao estágios que se fazem necessários;ter materiais de multimídia para suas pesquisas.

Tais aspectos apontam as ações que envolvem os aprendizados dos surdos, pela sua diferença lingüística. E cultural, que historicamente vão sendo constituídas por outras concepções. Mas o difícil é destituir modelos de ensino e aprendizagem acadêmicos, que fundamentam seu processo educacional em sua maioria pela ordem da comunicação oral.

O fato é que não se podem considerar estas necessidades como privilégios aos "inclusos". São características importantes da comunidade surda, que precisam ser efetivadas para o acesso ao conhecimento. Fazer parte de uma prática

social é interagir neste espaço através da sua linguagem. A universidade tem por finalidade cumprir com o seu papel de promover a cidadania entre os sujeitos. Para tanto, requer ressignificar sua função quando ainda desenvolve práticas pedagógicas conservadoras, nos espaços considerados como o universo de conhecimentos. Esse não é o discurso oficial, educação para todos? Mas em que condições, de que forma este acesso? Que espaços de línguas são possibilitados aos surdos?

.O português que os surdos compõem em seus textos são produzidos nas representações dos seus letramentos visuais, constituídas nas práticas discursivas em sinais. Essa resistência ao aprendizado tem suas raízes nos longos anos de escolarização sem letramento, enquanto processo individual e social. O que eles procuram manifestar através dessas resistências, é que o professor trabalhe com um português diferente, rompa com o engessamento de sua formação ouvintista, significada apenas na construção da língua padrão.

Tomar a escrita do surdo como letramento visual, se faz necessário aprofundar pesquisas sobre a importância da imagem, do acontecimento visual, no processo de aquisição desta modalidade da língua. É o que Skliar (2002) fala "não se trata de ser e não ser da escrita e da leitura, e sim do "estar sendo" da escrita e da leitura". (...) Estar lendo e sendo lido. Estar escrevendo e sendo escrito.

Em nossas conversas com os surdos observaram-se os seguintes relatos: "eu via desenhos juntos com as letras e me esforçava para entender o que o professor falava", "copiava bonito no caderno os textos, com medo de errar", " treinava muito a "leitura oral"em casa, para decorar as palavras", "muitas vezes fiquei de castigo na escola e em casa, por não falar palavras corretas".O que se observa nestes relatos, é que no processo educacional aos quais os surdos estavam expostos, referenciava-se ao fonocentrismo e grafocentrismo, como forma de pseudo aprendizagem, alfabetização; e tinham apoio da família para que os reabilitadores desenvolvessem essas práticas "educativas".

Diferentes pesquisadores (SANCHES, 1993), (FERNANDES, 1996), (HOFFMEISTER, 1999), são categóricos em afirmar que a língua escrita pode ser plenamente adquirida pelos surdos se a metodologia empregada não enfatizar a relação letra – som como pré – requisito, mas recorrer principalmente a estratégias

visuais, prioritariamente pautadas na língua de sinais, similares metodologicamente àquelas utilizadas usualmente no ensino de segundas línguas para ouvintes.

Para as atividades de leitura em segunda língua para os surdos, principalmente na fase inicial, Fernandes (2004) reforça a necessidade de serem contextualizadas em referenciais visuais que lhes permitam uma compreensão prévia do tema implicado, de modo que esse conhecimento seja mobilizado no processo de leitura propriamente dita. A leitura de imagens conduzirá o processo de reflexão e de inferências sobre a leitura da palavra.

Este processo pressupõe que sejam usadas diferentes linguagens de interesse para as crianças: fotografias, desenhos, artes plásticas e cênicas, programas de TV, filmes em vídeo (legendados preferencialmente), imagens de revistas e jornais, games, softwares, entre outros. E pautar-se na língua de sinais, requer um olhar mais crítico de que a "permissão" da língua de sinais nas salas de aulas brasileiras, não significa que está resolvido o processo educacional do surdo. É um engano. Esta permissão é decorrente do alto índice de fracasso escolar dos alunos surdos. Não se sabendo mais o que fazer para resolver a alfabetização deste grupo social na língua portuguesa, introduziu-se a língua de sinais.

Sua oficialização desenvolve-se em uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que a língua de sinais é divulgada, reconhecida, fazendo parte de diferentes setores da sociedade possibilitando seu uso para surdos e ouvintes; por outro lado ela mascara a efetiva situação de aquisição de conhecimentos dos surdos no contexto educacional, ao ser compreendido como um "suporte," ou "instrumento" para o ensino do português e dos demais conteúdos escolares.

È um equívoco pensar que estabelecendo um mínimo de comunicação pelos surdos, ter um intérprete em cada sala de aula e os professores ouvintes terem noções básicas de LIBRAS, os surdos já desenvolvem um processo de letramento rápido e efetivo. Esse é um discurso "enganoso", ao entender que as narrativas surdas e como as pesquisas realizadas pelos Estudos Surdos estão mostrando, a intencionalidade é de que os surdos ao fazerem parte da vida social, criam novos espaços de organização e lutas sociais, que os reconheçam pelas suas subjetividades.

Por estas características descritas, observa-se o quanto à sociedade científica ainda precisa avançar nos estudos das línguas de sinais, reconhecê-la como um meio de comunicação verbal que possui uma estrutura lingüística própria e compreendê-la no seu caráter cultural e social, propiciando o processo de letramento dos surdos.

A língua de sinais desta forma vai assumindo nos ouvintes outros significados, que antes negada, deixada de lado, passa a ser vista como um fator positivo na vida dos surdos. Para os surdos, esta língua nunca ficou a margem; e sim não permitida nos seus processos educacionais e ou os espaços sociais em que os ouvintes estavam presentes, barrando sua utilização,

Essas mudanças de percepções produzem diferentes reflexões e instigações ao reconhecer o contexto bilíngüe dos surdos. Nesta travessia de desafios, verifica-se a escola de surdos como um dos espaços de produção científica para estudarem-se as trilhas da língua de sinais.

Os surdos ao perceberem que a língua de sinais estão sendo ressignificadas como sua primeira língua, desperta neles o entusiasmo, a auto estima positiva para ocuparem o espaço social do qual foram excluídos. Visualizam-se as possibilidades de alterações nas interações com o mundo das linguagens, principalmente no que diz respeito ao processo de letramento.

Pesquisas sobre letramento tendo como objeto de análise a oralidade, demonstram que em certas classes sociais, há inúmeras práticas discursivas letradas orais, antes mesmo das crianças iniciarem seu processo formal de alfabetização. Isso demonstra que oralidade e escrita, guardadas diferenças estruturais que lhes conferem relativa autonomia uma da outra, são ao mesmo tempo interdependentes na mediação e reflexão sobre a realidade.

Desse mesmo modo, a língua de sinais exerce função semelhante à oralidade no aprendizado da escrita pelos surdos. Portanto, será a língua de sinais e não a língua oral que internalizará conceitos, valores e conhecimentos, constituindo a base simbólica necessária a apropriação do sistema de signos escritos.

Peixoto (2006) comenta quanto mais efetivo for o acesso da criança surda na língua de sinais, mais chances ela tem de fazer uma apropriação da língua escrita.

Pela língua de sinais os surdos identificam, reconhecem, nomeiam as situações do cotidiano e as coisas que conhecem, governando os signos das linguagens para o aprendizado da língua escrita.

No entanto há mecanismos sintáticos envolvidos na aprendizagem da língua portuguesa, para os quais ainda não há clareza de como viabilizar a compreensão e sistematização pelos surdos. Porém, esse componente só se efetiva se, em um primeiro momento, os aspectos conceituais forem vivenciados, significados em contextos que produzam sentidos ao seu uso.

Não estamos dizendo que a gramática não seja importante, pois sabe – se que conhecer a gramática de uma língua é fundamental para a compreensão plena, mas essa compreensão ou aprendizagem não é simplesmente dominar um sistema de regras, subordinando a elas as outras relações da língua. A busca das inconstantes pesquisas é conflituosa, pois não podemos ignorar que a gramática é parte da língua, mas não podemos reduzir a língua à gramática.

Sobre a aquisição da segunda língua por alunos surdos Quadros (2005), apresentam alguns aspectos fundamentais: a) o processamento cognitivo espacial especializado dos surdos; b) o potencial das relações visuais estabelecidas pelos surdos; c) a possibilidade de transferência da língua de sinais para o português; d) as diferenças nas modalidades das línguas no processo educacional; e) as diferenças dos papéis sociais e acadêmicos cumpridos por cada língua; f) as diferenças entre as relações que a comunidade surda estabelece com a escrita tendo em vista sua cultura; g) um sistema de escrita alfabética diferente do sistema de escrita das línguas de sinais; e h) a existência do alfabeto manual que representa uma relação visual com as letras usadas na escrita do português.

Esses aspectos mostram o quanto é importante a língua de sinais no processo do conhecimento para os surdos e a sua importância para o aprendizado do português. Observa-se que os surdos, em sua maioria, não são letrados na sua primeira língua quando se deparam com o português escrito. As palavras não são ouvidas pelos surdos, eles não discutem sobre as coisas e seus significados em português, por outro lado isso também acontece na língua de sinais.

…"Eu uso o português para fazer cartas, bilhetes, conversar em e-mail, Chat, escrever os textos da universidade, enfim para me comunicar as pessoas". Essa constatação demanda pensar nas práticas pedagógicas de aprendizado da escrita em que estão envolvidas as pessoas surdas.

A criança se apropria do conhecimento, pela interação dos adultos que o cercam. Para o surdo o aprendizado da Língua de Sinais se dá num processo de interação entre o adulto surdo e a criança. Como afirma Cárnio (APUD Lacerda, 2000, p.44):

> ao transmitir seus conhecimentos para as crianças, o adulto acaba por interferir no desenvolvimento da cognição e propicia o desenvolvimento lingüístico da mesma. Na situação de interação com o outro, a linguagem é construída em conjunto e, por intermédio de alguns processos dialógicos, a criança se torna um ser na linguagem.

Constatamos através das práticas pedagógicas desenvolvidas na educação de surdos, muitos problemas enfrentados pelos surdos no processo de letramento, pelo fato que para eles aprenderem uma segunda língua, que é a Língua Portuguesa, acontece sem a maioria dos surdos, tenha tido acesso à linguagem através da primeira língua, que é a Língua de Sinais. Freire (apud, SEED, 1999, p.03).

> O entendimento de qualquer processo de aprendizagem parte da constatação de que o aluno sempre relaciona o que quer com aquilo que já sabe. Em outras palavras, na construção do conhecimento, o aluno projeta os conhecimentos que já possui no conhecimento novo, num esforço de se aproximar do que vai aprender. No caso específico de aprendizagem de uma segunda língua, L2, o aprendiz contribui de maneira decisiva para a tarefa de aprender a partir do seu conhecimento sobre sua primeira língua, L1, seu pré conhecimento do mundo e dos tipos de texto com os quais está familiarizado.

Sendo assim, é importante enfatizar que na educação infantil em um primeiro momento da criança surda será a imersão na língua de sinais criando todo um ambiente lingüístico através das relações sociais entre o adulto surdo e a criança surda para que em um segundo momento, gradativamente, se faça o aprendizado da língua escrita, propondo atividades que coloque a criança em contato com material escrito

abundante e diversificado, como por exemplo: livros, rótulos, jornais, revistas, placas, internet, possibilitando ações sociais de uso da leitura e escrita, sendo que estas atividades deverão ser estimuladas nas séries posteriores.

Existe a língua escrita da língua de sinais, o Sign Writing, um sistema inventado há cerca de 30 anos por Valerie Sutton, que dirige o DAC - *Deaf Action Commitee* - uma organização sem fins lucrativos sediada em La Jolla, Califórnia, USA. Esse sistema representa as línguas de sinais de um modo gráfico esquemático que funciona como um sistema alfabético que representa as unidades espaciais-visuais dessa língua. No entanto ele ainda não é muito conhecido, o que favoreceria o aprendizado do português escrito, bem como o fortalecimento do uso das línguas de sinais. No Brasil, uma das expoentes pesquisadora deste Sistema é a Doutora Marianne Rossi Stumpf, do Rio Grande do Sul.

Karnopp (1994) enfatiza que não se deve tratar aquisição de duas línguas orais como mera facilitadores de comunicação, mas sim como objeto de estudo e sobre o a escrita de língua de sinais argumenta:

> É a representação do sistema primário de comunicação de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, língua essa dotada de elementos constitutivos: gramática, semântica, sintaxe e outros que a fazem instrumental lingüístico pleno dos surdos, e demanda ser estudada em sua forma escrita nas práticas de ensino como fortalecedora do bom uso da Libras e também como referencial para a aprendizagem do português escrito.

O importante, mesmo diante de certas questões é que inúmeras pesquisas demonstram que mesmo a despeito da interferência da língua de sinais na escrita do português, o sentido se mantém, comunica e extrapola os limites do código a que está subjugado.

Iniciante nos estudos das línguas de sinais e, sobretudo do Sistema SignWriting, reconheço o quanto as escolas de surdos estão deixando de lado pesquisas que poderiam beneficiar a vida escolar dos surdos, como é o caso deste sistema de escrita.

Concordo com Capovilla (2001,p.1494) quando diz:

> A solução para a escrita dos surdos consiste em fazer com que os sinais lexicais da língua com a qual eles se comunicam sejam convertidos em texto.Para isso é preciso substituir o código que mapeie os sinais código quirêmico ou código de sinais como, por exemplo, o sistema SignWriting.

O ensino do português para os surdos é e será motivo das mais variadas discussões. José Saramago, escritor português, de forma perspicaz comenta os rumos que a ciência tomou neste fim/ início de milênio e afirma que todo mundo está dando respostas, o que demora é o tempo das perguntas.

O significativo é que esses questionamentos nos levam à reflexão de determinados aspectos, surgem problemáticas, e estas nos levam à busca de evidências para sua superação.

3.2.2 Autoria: travessia de identidades

> *A palavra falada é irreversível, tal é a sua fatalidade. Não se pode retomar o que foi dito, a não ser que se aumente: corrigir é nesse caso, estranhamente, acrescentar. Ao falar, não posso usar borracha, apagar, anular: tudo que posso dizer "anulo,apago,retifico", ou seja, falar mais.*
> (DUFRENNE, 1975)

No percurso que se compôs este trabalho, evidencia-se os rumores da língua em que se constituem os sujeitos. Sujeitos ouvintes, inscritos nas palavras faladas, as quais são produzidas no deslocamento entre o que se diz e o que escuta. Sujeitos surdos, constituídos nas palavras sinalizadas, geradas e compreendidas nas imagens espaço-visuais.

As palavras faladas são irreversíveis e podem ser significadas pelos textos escritos, pois atravessam diferentes autores, com múltiplos pensamentos e discussões. São escritas não no sentido de produzir um sentido único e estão compostas nos textos. Barthes (1986) refere-se ao texto como um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, oriunda de mil focos da cultura. Neles, estão a inter-

relações entre os sujeitos, as diferentes leituras e interpretações que são produzidas na relação entre os autores e os leitores.

As palavras sinalizadas, oriundas das comunidades surdas, são significadas pelo uso das línguas de sinais; por onde atravessam os pensamentos das pessoas surdas; possibilitando o uso em diferentes práticas sociais.

Os estudos lingüísticos das línguas de sinais iniciados por Stooke (1910) comprovaram que estas línguas são um sistemas lingüístico de comunicação, e não imagens sem significados;começando a compreendê-la como símbolos abstratos, possibilitando o reconhecimento de que os surdos podem expressar suas idéias em níveis de elaboração.

E neste processo de evolução científica sobre a lingüística das línguas, no Brasil, as pesquisadoras Quadros e Karnopp (2004) ao analisar e demonstrar o status lingüístico das línguas de sinais, desconstruíram algumas representações equivocadas destas línguas. Pensava-se que surdos não poderiam fazer abstrações. Surdos discutem filosofia, política, física, formam-se psiquiatras, psicólogos (como é o caso da minha colega de trabalho); compreendem idéias complexas. Concebia-se que a língua de sinais é universal. Isso não corresponde, pois cada país apresenta sua própria língua de sinais. Outro aspecto, é que haveria uma falha na estrutura organizacional da língua, sendo um pidgin: compreende-se que as línguas de sinais, são completamente independentes das línguas faladas. Existia também a concepção de que as línguas de sinais seriam empobrecidas lexicalmente; as autoras relatam que as pesquisas realizadas por Klima e Bellugi (1979) mostram que poesias, piadas, trocadilhos, jogos originais, entre outros, são uma parte significativa da cultura surda. Pensava-se que a língua de sinais era uma derivação dos gestos de comunicação das pessoas ouvintes; isto decorre da idéia de que as línguas de sinais, não são línguas, são gestos espontâneos, atribuídos pela compreensão que durou muitos anos, em que se acreditava que a linguagem estava associada a capacidade do ser humano de “falar”. E por último, acreditava-se que as línguas de sinais por serem organizadas espacialmente, estaria representadas pelo hemisfério direito do cérebro, o qual é responsável pelo informação espacial, enquanto que o esquerdo, pela linguagem.

Essas observações são necessárias evidenciá-las neste percurso, pois se verifica que as representações e reconhecimentos sobre o status lingüísticos da língua de sinais, é muito recente, se comparado aos estudos realizados sobre as línguas orais. Os processos pelas quais a sociedade reconhece os diferentes campos dos conhecimentos, ainda é fortemente marcado pelos traços do modelo oral-auditivo, nos quais são produzidas práticas discursivas escritas, traduzidas e compostas nas obras, com suas diferentes linguagens textuais.

Neste processo intertextual, não transparente de códigos e significados do texto e obra, é que todos os surdos informantes deste trabalho, apresentaram em suas discussões a necessidade de se constituírem sujeitos autores e tradutores de seus pensamentos, através do uso da escrita.O português, para os surdos vem assumindo significados de legitimação da cultura surda, no mundo dos ouvintes.Inverte-se a lógica do oralismo que por muitos anos impôs a cultura do ouvinte sobre o surdo.

A voz dos surdos será amplamente reconhecida, quando cada vez mais se fizerem presentes e visualizadas nas livrarias, bibliotecas, em diferentes espaços culturais, suas produções textuais. Não como produção estática, empilhamento de idéias, mas sim nos movimentos que atravessam seus significados científicos, nas obras que os transformam em autores. Porque os textos tomados nos discursos, só se prova num trabalho, numa produção (Barthes, 2004,p.73), criando espaço de participação social dos surdos no meio acadêmico, significado pelas suas necessidades lingüísticas e identidades múltiplas. Não se trata de apagar memórias atribuindo para os surdos a responsabilidade de não serem produtores dos conhecimentos. Significa transpor as representações da cultura ouvinte, ainda marcada pela dominância oral que determina o que deve ser dito.

Observa-se que no meio acadêmico, os espaços de participação social dos surdos está sendo gradativamente ressignificado, mesmo que ainda procurem silenciar o ser surdo. A idéia de surdos enquanto subculturas são representações muito internalizadas na cultura ouvinte, atribuindo a fala como o saber acadêmico valorizado.

> A fala é um instrumento de direito, uma proclamação: negação daquilo que o silêncio é – submissão, complacência, desigualdade, menoridade... O indivíduo é o sujeito que fala e não o que se cala (...). As ciências humanas, com a possível

> exceção da antropologia, não têm sido capazes de decifrar o silêncio daqueles que não foram eleitos pelo saber acadêmico como informantes válidos dos pesquisadores. (MARTINS, 1993).

Os "estranhos" falam de si pela língua de sinais e os "normais" estranham; pois (des) constroem suas imagens da comunicação oral, ao irromper sua linguagem enquanto única "verdade" que sempre possibilitou reconhecer como sujeitos do conhecimento, da criação, da produção de saberes gerando identidades científicas e fossem valorizados no campo das pesquisas.

Nesta perspectiva, compreende-se a escritura dos surdos, não como uma definição, um conceito a ser inventado, ou como uma verdade; e sim, um deslocamento, um desdobramento das vozes inidentificáveis, que proporcionam a descoberta, a ruptura sobre o que o texto mobiliza ao leitor ouvinte. Morre-se o autor da imposição ouvintista definindo sobre o que é melhor para os surdos, traça-se outros campos de linguagens não neutras, oblíquas que são as produções culturais dos próprios surdos.

As produções culturais surdas constituem-se em práticas sociais nas relações das diferenças, as quais inscrevem o outro como outro e não como igual. Estas práticas são visualizadas nas participações dos surdos no cinema, teatro, dança poesia, desenho, pintura, divulgadas na mídia principalmente internacional. No Brasil, ainda não se observa muito envolvimento dos surdos nestes espaços sociais, entre outros aspectos por não constituir-se apropriação cultural da comunidade ouvinte. Faltam divulgação, políticas públicas que reconheçam a surdez como diferença. Isto implica em transpor a idéia de que reconhecida a LIBRAS e promover a inclusão, resolveu-se os "problemas com os surdos". Por este olhar de inferioridade sobre os surdos, é que se inventam suposições de que os surdos são limitados, incapazes, não apresentando criatividade e criticidade das idéias, em poderem escrever e manifestar seus pensamentos em textos.

Sabe-se que a linguagem escrita é, e sempre foi, um signo do poder. Estudos realizados por Barthes & Matuéis (1987), mostram que por muito tempo a escritura atravessou culturas, porém não como prática social de inclusão, e sim de separação cultural; da divisão social dos grupos sociais, sendo permitida para poucos. E neste

desdobramento da escritura, o poder dos surdos em produzirem conhecimentos ficou submetido, as manipulações das palavras faladas pela maioria ouvinte, as quais sustentavam e ainda sustentam verdades do que é o melhor para os surdos.

A proposição dos surdos, em constituirem-se autores, traduz como significante a problematização em que está posta as diferenças entre as relações culturais dos que usam palavras faladas e palavras sinalizadas, na produção de identidade culturais.

As palavras sinalizadas compõem a política da identidade surda se desenvolve no meio da comunidade surda, principalmente nos movimentos surdos; apresentando-se em suas diferenças (PERLIN, 2000). É preciso compreender que não são homogeneização de identidades entre os próprios surdos; ou seja, os surdos que apresentam audição dificultada parcialmente, não correspondem a mesma ordem do pensamento visual, e sim aproximam-se da percepção do mundo oral.

Nas representações dos ouvintes sobre os surdos, em sua maioria não há esta diferenciação do ser surdo; para eles todos são iguais, necessitando da fala como reconhecimento para sua participação na vida em sociedade. O que os surdos buscam, é traçar suas marcas a partir das suas subjetividades transpostas pelas línguas de sinais e visualizadas em suas produções textuais.

As escrituras que os surdos vêm realizando, compõem-se em estudos produzidos a partir das leituras visuais sobre o mundo em que vivem imagens produzidas e significadas nas comunidades surdas pelas línguas de sinais, pesquisadas por surdos e ouvintes, e confrontada com os conhecimentos produzidos pelos ouvintes sobre a ótica da patologia.

Já mencionamos anteriormente sobre as dificuldades que algumas pessoas tem em compreender que exista uma cultura surda,desestabiliza, incomoda, pois a maioria da sociedade tem a representação de cultura enquanto cultura universal.

Skliar (1998, p.28) ao se referenciar a cultura surda diz que:

> Quando se trata de refletir sobre o fato de que nossa comunidade (de surdos) surgem – ou podem surgir – processos culturais específicos, é comum a rejeição da idéia da "cultura surda",trazendo como argumento a concepção de cultura universal, a cultura monolítica.(...) A cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é o seu revés. Não é uma cultura patológica.

..."Somos diferentes e não deficientes". Este relato da informante reforça e representa os discursos de um número cada vez maior de surdos politizados que se posicionam sobre a importância das línguas de sinais, na constituição das suas identidades culturais. Para ela a língua de sinais não é somente para ser usada, é objeto de estudo, de pesquisa, enriquecimento cultural tanto para surdos quanto para os ouvintes.

Outro autor que estudou as línguas de sinais, e enfatiza que elas são os elementos constitutivos das identidades e culturas surdas é Behares (1993, p.27) o qual diz:

> Paralelamente à aquisição da Língua de Sinais, a criança vai introjetando pautas de conduta, modelos de expectativas e valores, e construções grupais da realidade, que formam parte da cultura (ou sub-cultura) e o patrimônio de tradição das comunidades surdas. Neste momento, quando a identidade da criança se enfrenta com um modelo novo, não mais a que a sociedade ouvinte tem dos surdos, mas a que os próprios surdos têm de si mesmos.

Nestas relações culturais, são construídas as imagens sobre o outro. O outro surdo, ao estabelecer uma rede de significados e valores compartilhados entre seus pares surdos, atravessam as marcas culturais das palavras faladas; constituindo-se autores das palavras sinalizadas. Por elas, os surdos irrompem, desestabilizam nos ouvintes o pensamento globalizante da sociedade homogênea. Mesmo que o embate se configure em uma relação de poderes, entre surdos e ouvintes, os surdos querem produzir suas escrituras a partir de si mesmas, compreendendo-a como um processo intercultural.

Esse processo intercultural é discutido por Fleuri (2001) o qual propõe construir uma relação recíproca entre os sujeitos. Uma relação que se dá, não abstratamente, mas entre pessoas concretas. Entre sujeitos que decidem construir contextos e processos de aproximação, de conhecimento recíproco e de interação. Relações estas que produzem mudanças em cada indivíduo, favorecendo a consciência de si e reforçando a própria identidade. Sobretudo, promovem mudanças estruturais nas relações de sujeição ou de exclusão – são questionados, e até mesmo superados, na medida em que sujeitos diferentes se reconhecem a partir de seus contextos, de suas histórias e de suas opções. A perspectiva intercultural de educação, enfim em

mudanças profundas na prática educativa, de modo particular na escola. Pela necessidade de oferecer oportunidades educativas a todos, respeitando e integrando a diversidade de sujeitos e de seus pontos-de-vista.

Observa-se um significativo avanço na perspectiva intercultural, mas se faz necessário, ultrapassar as idéias homogêneas, universais de cultura. Não apenas respeitá-la, mas problematizá-la, estabelecer as diferenças que as compõe, para os encaminhamentos das ações que decorrem destas subjetividades.

Sabe-se que os textos não são produções genuínas, mas os surdos identificam a necessidade de aprender o português como intercâmbio cultural, em que as obras traduzam sentimentos, vontades, realidades, significados, valores implícitos na cultura visual. Como outro grupo social, os surdos realizam suas lutas, seus embates, suas tensões para conquistarem objetivos comuns. Não se posicionam como superiores ou inferiores em relação ao sujeito ouvinte, mas problematizam os registros patologizantes da negação do outro ouvinte, na sua diferença de ser surdo, quando Wrigley (1996,p.36) também comenta dessa grande dificuldade de se reconhecer uma cultura surda e argumenta:

> os universalismos, em todo discurso,são alimentados pela noção de que os seres humanos compartilham propriedades comuns.Esta busca de universalismos é acompanhada por atitudes de acomodação ou por estratégias usadas para neutralizar os desafios às definições hegemônicas.É aí que as culturas nativas dos Surdos sugerem formas para falarmos de um "universalismo vivido", "de experiências da surdez.".

Já mencionamos anteriormente, as representações sobre cultura e os marcos deixados na história dos surdos, por considerá-los como iguais aos ouvintes. As diferentes linguagens que estão presentes no cotidiano dos seres humanos, devem ser ressignificadas pelos olhos dos ouvintes e não mais violentada às manifestações da cultura surda, que luta incansavelmente para a construção de um nome: o povo surdo (PERLIN, 1998).

Os surdos ao ocuparem territórios dos conhecimentos produzidos pelas pesquisas científicas, desestabilizam o olhar de incapacidade atribuída pelos ouvintes,

e vão assumindo posições de intelectuais ao traduzirem em seus textos, outras verdades sobre a cultura surda.É nessa trama lingüística, de língua de sinais e língua portuguesa, que os espaços são demarcados e pulsionados a enfrentar os desafios da comunicação nas relações das diferenças.

REFLEXÕES FINAIS

Os significados da língua portuguesa para os surdos universitários, foi o tema central desse trabalho. Discuti-los para além da dificuldade, da resistência dos surdos em querer aprendê-la, foi nossa principal preocupação. Transpor as idéias de aquisição oral, de reabilitação da fala, ao estabelecer correlações com signos gráficos e sons, são pensamentos que não foram objeto de nossa investigação.

As reflexões, que percorremos sobre a língua portuguesa para os surdos, implicam em compreender esta escritura como um percurso em deslocamento, não finito, nem acabado. Aproxima-se como um espaço social de travessias, de passagem, entre leitor e autor, de diferentes linguagens culturais estabelecidas nas relações de surdos e ouvintes.

Iniciamos este percurso, refletindo sobre o campo dos Estudos Surdos e os Estudos Culturais, onde estão postas as discussões sobre a surdez. Enfatizo o tema surdez, e não surdos; porque o outro surdo não é o foco de análise, e sim as diferenças que constituem sua subjetividade; ou seja, as línguas de sinais, as experiências visuais, as necessidades de agrupamentos, os traços culturais que os aproximam no mundo das imagens, os significados do aprender a segunda língua.

Para os ouvintes, estas imagens irrompem seus padrões culturais da necessidade da comunicação oral, pois ao inventarem a surdez, materializaram nos surdos o doente, o tratamento, o isolamento, o silêncio. E nesta travessia de identidades, instituíram-nos em grupo social minoritário, anormal, produzidas estas concepções em práticas discursivas da Medicina Social e da Educação Especial, ferramentas de controle social, de vigilância.

Controle, o qual no campo dos Estudos Culturais, configura-se nas relações da diferenças, da cultura, traduzidas em múltiplas identidades e jogos do poder. Ao mencionarmos cultura, ressaltamos o entendimento de que a cultura é central não porque ocupe um centro, uma posição única e privilegiada, mas porque perpassa tudo

o que acontece em nossas vidas e todas as representações que fazemos destes acontecimentos (HALL, 1997).

Para os surdos as marcas da proibição, por aproximadamente cem anos do uso das línguas de sinais, desencadeou a marginalização deste grupo social, como subcultura, produzindo uma concepção de ser inválido e problemático para a sociedade. Por essa identidade de anormalidade em que foram geradas as relações sociais pelos ouvintes com os surdos, generalizou-se a sua incapacidade de aprendizado. Acontecimento que pelos Estudos Surdos apresenta diferentes olhares sobre a cultura surda.

A cultura não é apenas o que volta, é também, e principalmente o que fica, como um cadáver imperecível: é um brinquedo estranho que a História não quebra jamais (BARTHES,2004). Na cultura surda estão implicadas a alteridade do ser surdo. É o que diz PIMENTA (2001, p.24):

> a surdez deve ser reconhecida como apenas mais uma das infinitas possibilidades da diversidade humana, pois ser Surdo não é melhor nem pior do que ser ouvinte, é diferente. Eu nasci surdo e como só se perde aquilo que se tem, nunca perdi a audição, pois nunca a tive. Eu tenho o direito de viver assim e o mundo o dever de aceitar minha diferença.

Neste sentido, os Estudos Surdos ao contextualizarem a surdez, como processo histórico, social, diferença lingüística, rompem estigmas e esteriótipos do outro anormal, incapaz de viver no mundo dos "normais", compreende os sujeitos na sua alteridade, na normalidade de ser surdo e desenvolver-se no mundo das suas próprias linguagens.

È o que vimos em seguida, as linguagens são os traços de comunicação entre os sujeitos, que demarcam territórios nas relações de poderes e tomam o outro em representações discursivas e textuais, nos acontecimentos, eventos das situações da vida.

Durante anos, a vida dos surdos foi demarcada como cópia da sociedade ouvinte; reprodução do outro como igual, fabricantes de palavras sem significados, retratos da perfeição, espelhos de um mundo ideal, desejos de normalidade, linguagens padronizadas, como vimos nos relatos dos surdos nesta pesquisa, em que o português, o escrever, foi sempre no modelo do ouvinte.

Compreende-se que um dos traços significativos de mudanças de paradigmas dos ouvintes sobre a compreensão da cultura surda, está na noção de linguagem. Universalizaram-se as línguas orais como as "verdadeiras", mesmo que a história mostre que as línguas de sinais existem desde que os primeiros surdos fizeram uso delas nos seus processos de comunicação.

Nos estudos sobre a virada lingüística, observamos que há uma outra forma de interpretação da realidade; a linguagem não traduz a realidade e sim perpassa os significados, a construção social por onde são constituídos os sujeitos, enquanto possibilidades, produção de subjetividades e nesse processo o sujeito surdo assume em suas práticas discursivas a autoria como caminho científico para dizer de si, o que o constitui.

As linguagens por suas indeterminações, incompletude, a partir da virada lingüística, deslocam outros olhares sobre o mundo, o estado que as situações dizem sobre o mundo.VEIGA NETO (2003) diz que:

> Trata-se de uma virada porque justamente o que parecia tão problemático não passa de um estado do mundo, enquanto aquilo que parecia ser o estado do mundo não passa de uma invenção, de uma idéia inventada, de uma idéia que um dia foi idealizada.

Para os surdos a invenção da surdez pelos ouvintes, os tornou em seres problemáticos, marginalizados. Estes pensamentos passam a ser ressignificados, suas interpretações desconstruídas a partir das práticas sociais da própria comunidade surda de comporem suas idéias em textos científicos, por onde entendem que é uma das estratégias mais significativas para serem reconhecidos como grupo cultural valorizado.

Observa-se pelos dados do MEC, aumentando o número de estudantes surdos nas universidades, em diferentes cursos. Esse é um fator positivo, porém não podemos reduzi-los a quantidade e sim como está sendo esse processo de formação, que não é objeto de nosso estudo.

Ao trazer esse fato, tem-se observado que o acesso dos surdos ao ensino superior, vem produzindo caminhos de discussões sobre a surdez. Decorrentes destas

participações, os surdos estão se tornando pesquisadores para encontrar indicativos de respostas às suas inquietações, fazendo parte da "comunidade científica".

As relações de poderes nas interações entre surdos e ouvintes não serão apagadas, mortas, por constituírem-se em autores e tradutores dos seus conhecimentos; conforme estudamos. Os surdos ao narrarem-se pelas suas diferenças, ocupam territórios dos traços culturais da surdez, instituindo, transformando, deslocando e desdobrando uma palavra, uma verdade, de um autor; em uma produção social de interlocutores desconhecidos, que manifestam seus enunciados na rede de comunicação que vivenciam.

Por esse motivo, atribuem o uso da língua portuguesa, da escritura, como ferramenta de poder. Poder do conhecimento, da informação, da negociação, da legitimação, dos embates, da pulverização de idéias, da divisão das linguagens culturais, da divisão do homem consigo mesmo.

Diariamente fragmenta-se cada sujeito, pelas diferentes linguagens não compreendidas. È ilusão pensarmos que existe uma homogeneização de idéias entre os próprios surdos. Não existe, nem para surdos e nem para ouvintes. O que os surdos estão mostrando nos textos, nos enunciados ao instituírem-se "autores", é que neste jogo de poderes, às identidades surdas, anteriormente produzidas somente em imagens, modelos de ouvintes, são sobrepostas pelo Ser surdo..

Esses modelos dos ouvintes, inscreveram-se nas linguagens culturais, veiculadas na mídia, na literatura, na escritura, no falar, no ouvir, na arte, nas práticas discursivas. Desenvolvidas nas relações históricas do poder. Poder de idealização de uma linguagem unificada, a ser valorizada pelo intelectual que a compõe, como genuína fonte de criação de linguagens novas.

Barthes (2004,p.110) contesta este preceito narrando que:

> Numa sociedade dividida, mesmo que consiga unificar a sua linguagem, cada homem se debate contra o esfacelamento da escuta: sob o disfarce dessa cultura total que lhe é institucionalmente proposta, é cada dia, a divisão esquizofrênica do sujeito que lhe é imposta; a cultura é, de certa maneira, o campo patológico por excelência, onde se inscreve a alienação do homem contemporâneo.

È neste jogo de interlocuções, que mesmo simbolicamente posicionados juntos nos discursos da inclusão, de promoção humana, de "igualdade para todos", que os surdos assumem os significados de aprender o português como processo de letramento, ou seja, mudança nas posições de subjetividade,como espaço de incursão cultural, de participação social,de tomada de decisões.

Expressões como "surdinho", "mudinho","deficiente", são sobrepostas como parte da história da surdez, ao se posicionarem os surdos como "autores" de outras perspectivas educacionais, que correspondam aos seus interesses.

Todas as reflexões e teorizações apresentadas no percurso deste trabalho apresentaram as formas, as redes, às tramas de significados em que a surdez veio se constituindo nas escrituras dos ouvintes, produzindo nos surdos representações do português enquanto resistência, negatividade.

A passagem, a tradução de sentidos que chegamos, até este momento do trabalho é a compreensão de que os surdos buscam através das autorias, dizer do outro de si, dialogar e negociar pela segunda língua, espaços de possibilidades de significar o estado do mundo pela perspectiva visual.

A intencionalidade dos surdos não é reescrever sua história, apagar o que já foi escrito, como se fosse fácil esquecer as marcas do colonialismo ao qual estiveram submetidos, e ainda estão. Digo isto, porque na academia e em outros espaços educacionais, nos deparamos com alguns "autores", e alguns "gestores educacionais" que negam a diferença do outro, impondo-lhe condições de aprendizado pela língua oral, "permitindo" alguns momentos de aprendizado da língua de sinais,em face às discussões da inclusão para os "deficientes" .Mais uma vez universaliza-se as identidades surdas, ao acreditar que os sujeitos são iguais, constituem suas subjetividades pela língua oral,possuem as mesmas necessidades,aprendem do mesmo jeito e principalmente devem responder a este aprendizado da mesma forma que a do ouvinte.

Silveira (2000,p.203) escreve sobre a importância das narrações, sobretudo de contar nossas histórias e afirma:

> E que formas de linguagem – uma vez que é impossível esquecer que a forma escrita das línguas faladas constitui um freqüente obstáculo de comunicação para os surdos – poderiam ser usadas para que essas narrativas se fizessem sinal e indício? O caminho da auto-representação dos grupos nas lutas pelo estabelecimento do que reconhecem como suas identidades, da legitimidade da sua linguagem, de suas formas de existência, associação e formas de conceber e julgar, passa a meu ver pela apropriação dos vários tipos de produtos culturais com que constituem e se consomem imagens,normas e "verdades".

È conflitante as tramas discursivas em que se vivencia as questões relacionadas à surdez. Se a produção de identidades sociais se define por meio de processos culturais pelos quais os diferentes grupos sociais se definem a si próprios e são definidos por outros grupos (SILVA, 2001), se faz necessário compreender as relações de alteridade e não de "autoritarismo" que envolvem estas práticas.

O dizer dos surdos pelas mãos, pelas línguas de sinais, transpõe as idéias de imagens neutras de uma língua não oral; a qual já comprovada como língua. Concordo com Fernandes (2003,p.115) ao dizer que:

> A língua é muito mais que um conjunto de regras organizadas segundo uma lógica estrutural que se destina à comunicação, à simbolização, à representação. A língua delimita um território ideológico de enunciação saturado de valores e posicionamentos; a língua como arena de guerras discursivas constitui o sujeito social, sua subjetividade, seu lugar no mundo.

A escrita, o português, os surdos querem aprender com todo o seu valor lingüístico, pois é a língua de seu país, para estabelecer as relações sociais e desenvolverem-se nos processos de aquisições de conhecimentos. Mas o diferencial é que os surdos querem viver sua cultura, e que seja negociada nas práticas sociais com os ouvintes, de forma que os tornam serem atuantes na sociedade.

Em suas práticas discursivas significam a função da escola de surdos como espaço de rompimento com a lógica tradicional, que pressupõe uma escola para todos. A escola que os surdos querem é a de surdos, enquanto aquisição de língua. Mas que também requer que suas práticas educativas sejam (des) construídas dos modelos monolíngües.

Concordo com Souza (2002) a qual relata que os surdos estão pedindo um outro modo de se fazer na escola e argumenta:

> Ao fazerem este pedido, eles interpelam, a ilusão, tão cara para muitos, e vale dizer, tão valiosa politicamente para o Estado, de que somos um país de uma etnia só, de uma língua só, de uma identidade só,de uma cultura única e que, portanto, sua população compõe um país que precisa estar, e ter, uma escola que fale a mesma língua com todos.

Desta forma, a escritura do pensamento surdo atravessará as fronteiras do pensamento ouvinte, por compreendê-los como sujeitos das diferenças e não das deficiências.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **Estudos deleuzeanos da linguagem**. Campinas: UNICAMP, 2003.

ARAÚJO, I. L. **Do Signo ao Discurso: Introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico – o que é, como se faz?.** São Paulo: Loyola, 1999.

BEHARES, L. e PELUSO, L. A língua materna dos surdos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Nuevas correntes en la educación Del sordo: de los enfoques clínicos a los culturales. In: **Cadernos de Educação Especial**. Porto Alegre: UFSM, Nº 4, 1993.

BARTHES,R. **Rumor da língua**. 2ª ed.-São Paulo:Martins Fontes,2004.

BASSO, I. M. S. **Educação de pessoas surdas: Novos olhares sobre as questões do ensinar e do aprender língua portuguesa**. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, Centro de Ciências em Educação – CED, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2003.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação.** Portugal: Porto Editora, LDA, 1994

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRANDÃO, Z. **Pesquisa em educação: conversa com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**. São Paulo: Icone, 1993.

_____. **Socialização, linguagem e cognição em surdos no Brasil.** Universidade Federal de Pernambuco. CNPQ, 1989.

BROCHADO, S. M. D. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da Língua de Sinais Brasileira. Assis, 2003. 535p**. Tese (Doutorado em Letras)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

CANDAU,V. M. **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

CHARAVDEAU, P. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências Humanas e Sociais**. 6ºed. São Paulo: Cortez, 2003.

CORACINI, M. J. **Identidade & Discurso: (des) construindo subjetividades**. Campinas: UNICAMP, 2003.

COSTA, M. V. **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2ºed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: DP&A,2002

_____. **Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia,literatura, cinema ...**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CUMMINS, J. Em **www.iteachelearn.com/cummins**. Acessado em junho/2004.

DERRIDA, J. **Torres de Babel. Belo Horizonte**: UFMG, 2002.

_____. **Margens da filosofia**.Campinas, SP: Papirus,1991.

_____ e ROUDINESCO, E. **De que amanhã... diálogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FERNANDES, E. **Problemas Lingüísticos e cognitivos do surdo**. – Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERNANDES, S. F. **Educação bilíngüe para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios.** Curitiba, 2003.202p.Tese (Doutorado em Letras) - Pós Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná.

_____. **Surdez e linguagens**: é possível o diálogo entre as diferenças? Curitiba: UFPR. 1998. Dissertação. Mestrado em Lingüística

FOUCAULT, M. **Resumos dos cursos do Collége de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **A arquivologia do saber**. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **As palavras e as coisas: uma arquivologia das ciências humanas**. 8º ed.São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, Surdez e Educação.** Campinas – SP: Autores Associados, 1996.

HALL,S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**; Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil,2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOFFMEISTER, R. Famílias, crianças surdas, o mundo dos surdos e os profissionais da audiologia. In:SKLIAR, C. (Org) **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**.Porto Alegre:Mediação,1999. v.1-2

KUENZER, A. Z. et al. **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H; LIMA, M. C. **Fonoaudiologia, surdez e abordagem bilingüe.** São Paulo: Plexus, 2000**.**

_____. O processo dialógico entre aluno surdo e educador ouvinte: Examinando a construção de conhecimentos. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, Faculdade de Educação,1996.

LEITE, T. A. **O ensino de segunda língua com foco no professor: história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira**. São Paulo, 2004. 239p. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte – Americana, Universidade de São Paulo.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R.L.; TESKE, O. (Org) – **Letramento e minorias**. Porto Alegre, Mediação,2002.

MACHADO, R. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARTINS, J. S. (org). **O massacre dos inocentes**. São Paulo,Hucitec,1993.

MATTELART, A. e NEVEU, É. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola, 2004.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DO DESPORTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL <**http://www.ines.org.br/ines_livros/livros_principal.Html**>, 26/03/02.

PERLIN, G. T. T**. Histórias de vida surda: identidades em questão/** Gladis T. T. Perlin. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1998. dissertação de Mestrado. Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PONTO DE VISTA: Revista de Educação e Processos Inclusivos.Universidade Federal de Santa Catarina.Centro de Ciências da Educação – v. 1,n 1 (1995) Florianópolis:NUP/CED,1999.v,23cm.

QUADROS, R. M. O "Bi" em bilingüismo na educação de surdos. Em **Surdez e Bilingüismo**. Eulália Fernandez (Org.). Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

_____. **Bilingüismo: as línguas na educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2004.

_____. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: ArtesMédicas,1997.

_____. KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**. Porto Alegre: Artemd, 2004.

SANCHEZ, C. **La increible y triste história de la sordera**. Caracas: CEPROSOARD,1990.

SANTAELLA, L. **Matrizes da Linguagem e Pensamento sonora visual verbal**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SCHOPTE, R. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, A. da. **A prática pedagógica da leitura com crianças surdas na proposta bilíngüe:** um momento de prazer com o livro infantil. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação)

SILVA, M. P. M. S. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo.** – São Paulo: Plexus Editora, 2001.

SILVA,T. T. **O que é, afinal, estudos culturais?** – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. (Org.) HALL & WOODWARD **– Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** – Petrópolis/RJ:Vozes,2000.

_____. **Documentos de Identidade: Uma introdução Às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. **Teoria cultural e educação: Um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, I. R. et al. **Cidadania, surdez e linguagem**. São Paulo: Plexus, 2003.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SOUZA, R. M.;VELASQUEZ, R.; SIQUEIRA, R. A escrita nas diferenças. In: **SEMINÁRIO DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO BILINGUE PARA SURDOS**. **Anais.** Rio de Janeiro: Littera Maciel, 1997.

_____., GOES, M. C. R. –O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da exclusão. In: SKLIAR, C. (Org). **Atualidades da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: editora Mediação**, 1999, v.1, p.163-187.

_____. **Que palavra que te falta? Lingüística, educação e surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: medição, 1998.

_____. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto alegre: Medição, 1999.

_____. **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

_____. **Pedagogia (improvável) da diferença e se o outro não estiver aí?**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____, e QUADROS, R. M. **Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos**. Estilos da Clínica. São Paulo, nº9, p.32-51, 2000.

SUZIM, R. **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.** Documento fornecido no Curso Básico – LIBRAS. Curitiba, 1996.

SACKS, O. **Vendo Vozes. Uma jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro. Imago, 1990.

SANCHEZ, C. **Os surdos, a alfabetização e a leitura:sugestões para a desmistificação do tema.** Mimeo.2002.

THOMA, A.; LOPES, M. C. **A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

VEIGA – NETO, A. et al. **Imagem de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WILCOX, S. **Aprender a ver**. Arara Azul, 2005.

WORTMANN, M. L. C. **Estudos Culturais da Ciência & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo